

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	7
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Programa de Integridade	13
5.5 - Alterações significativas	18
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	19

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	20
10.2 - Resultado operacional e financeiro	58
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	61
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	62
10.5 - Políticas contábeis críticas	65
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	71
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	72
10.8 - Plano de Negócios	73
10.9 - Outros fatores com influência relevante	74

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política De Gerenciamento De Riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

Adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos, conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de agosto de 2020 ("Política de Gerenciamento de Riscos"), que visa definir as principais etapas dos trabalhos de avaliação e gestão de riscos para nós e nossas controladas, se houver. A Política de Gerenciamento de Riscos encontra-se disponível para consulta: (i) em nossa sede social; (ii) no nosso website (www.compassbr.com); e (iii) no website da CVM (cvm.gov.br).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A nossa Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo identificar, avaliar e monitorar os riscos inerentes às nossas atividades, por meio do mapeamento e avaliação de riscos, identificação de oportunidades e apoiando o negócio no atingimento dos nossos objetivos.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Todas as nossas atividades comportam algum risco decorrente de ameaças potenciais que possam vir a prejudicar, impedir, dificultar ou interferir na consecução de nossos objetivos. Os principais riscos para os quais buscamos proteção são:

Riscos Estratégicos estão associadas à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor econômico da organização. Além disso, podem ocasionar impacto negativo na nossa receita ou no nosso capital em consequência de um planejamento falho, da tomada de decisões adversas, e mudanças em nosso ambiente de negócio.

Riscos Operacionais estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos como catástrofes naturais, fraudes, greves e atos terroristas. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na nossa reputação, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

Riscos Financeiros são aqueles associados à exposição das operações financeiras da organização, segregados em:

- Câmbio: associado à volatilidade do mercado e pode nos afetar quando tiver ativos ou passivos atrelados à moeda estrangeira.
- Juros: também associado à volatilidade do mercado. Podemos, eventualmente, contratar dívidas e derivativos indexados a taxas de juros fixos ou flutuantes, porém, alterações na percepção de risco dos agentes do mercado podem gerar

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

volatilidade nas curvas de juros e, desta forma, aumentar as nossas despesas financeiras.

- **Liquidez:** situação em que encontramos dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com nossos passivos financeiros.
- **Crédito:** associado às contrapartes que podem, eventualmente, deixar de honrar seus compromissos e obrigações.

Riscos de Conformidade (Compliance) aqueles associados à exposição a não cumprimento de leis e regulamentos emitidos pelos governos centrais e locais assim como regulamentos emitidos por entidades reguladoras ou mesmo de natureza interna. Estão associados a prevenção de lavagem de dinheiro, integridade, entre outros.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Mantemos estruturas dedicadas à gestão dos riscos operacionais e estratégicos, como área de Controles Internos, Gestão de Riscos, SSM (Saúde, Segurança e Meio Ambiente), e as utilizamos como instrumento para proteção. Tais áreas operam concomitantemente a sistemas operacionais sofisticados com recursos de segurança específicos, tais como bloqueio de acessos a sistemas chave, parametrizações pré-determinadas de segregação de função na execução das atividades, log de atividades dentro do sistema, entre outros que buscam a mitigação desses riscos.

O risco nunca pode ser eliminado por completo, no entanto, para definição das tratativas, a avaliação dos riscos é feita de forma conjunta, envolvendo tanto as áreas mencionadas, como também a Diretoria, responsável pelo processo em que o risco foi identificado, avaliando o grau de impacto versus probabilidade de ocorrência para cada risco identificado, para então definir-se o melhor instrumento de proteção, que podem ser:

- evitar:** quando se elimina o fato gerador do risco, por exemplo, descontinuando determinado processo ou saindo de mercado específico.
- reduzir:** quando são aplicáveis os controles internos (ex. aprovação, revisão, segregação de funções, reconciliação, perfis de acesso etc.) para que o dano potencial do risco seja substancialmente reduzido.
- compartilhar:** quando o risco é dividido com uma contraparte externa à nossa. Exemplos de compartilhamento de riscos são as operações de *hedge* (moeda estrangeira, preços, juros) e apólices de seguro.
- aceitar:** quando o impacto *versus* probabilidade do risco é considerado irrelevante, toma-se a decisão de aceitar o risco, pois o custo da ação de controle seria maior do que o próprio risco potencial envolvido.

Dentre os principais instrumentos que utilizamos na gestão de nossos riscos, podemos apontar:

Riscos Estratégicos: monitoramos constantemente nossos gastos e mantemos mapeados todos os nossos processos internos, a fim de buscar melhorias. Ademais, mantemos contingências de acordo com as regras contábeis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Riscos Operacionais: entendemos que a adequada gestão do risco operacional está diretamente relacionada com o comprometimento de todos os nossos colaboradores e nesse sentido investimos constantemente na disseminação da cultura de risco operacional. Além de um alto padrão ético na condução dos negócios em todos os níveis da nossa organização, busca-se inculcar entre seus colaboradores uma consciência preventiva, mitigando a nossa exposição aos riscos operacionais.

Riscos de Conformidade (*Compliance*): identificamos os pontos críticos da nossa atividade que devem ser tratados com prioridade, fornecendo subsídio para que sempre esteja em conformidade com a disposição das normas, evitando, assim, possíveis prejuízos pelo não cumprimento das mesmas.

No âmbito de Riscos Financeiros há instrumentos específicos de proteção classificados abaixo:

Tipo de Risco	Instrumento de Proteção
Câmbio	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Non Deliverable Forward (NDF)</i> • <i>Swap</i> • Contrato Futuro de Câmbio • Contrato de Câmbio • Contrato de Opções de Compra e/ou Venda de Moeda Estrangeira • Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Estrangeira
Juros	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Swap</i> • Contrato Futuro de Taxa de Juros
Liquidez	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos de renda fixa de curto prazo • Contratação de limites para saque (<i>Standby Credit Facility</i> e Conta Garantida)
Crédito	<ul style="list-style-type: none"> • Caixa e Equivalentes de Caixa aplicados em títulos públicos e instituições financeiras consideradas <i>investment grade</i> em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's • Contratos de Derivativos negociados com instituições financeiras consideradas <i>investment grade</i> em escala nacional pelas agências de rating Standard & Poors, Fitch e Moody's

O entendimento dos riscos e adoção de ações como resposta é de responsabilidade de todos os nossos gestores.

Todos os assuntos ou dúvidas relacionadas a riscos, relevância e controles devem ser esclarecidos junto à nossa área de Controle Internos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Seguindo o modelo de “Três Linhas de Defesa”, o gerenciamento dos Riscos deve ser realizado sob a responsabilidade dos órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos, conforme descrito abaixo.

Compete ao Conselho de Administração:

- aprovar as políticas, diretrizes, matriz de Risco, limites de exposição e impactos conforme apresentado pela Diretoria e recomendado pelo Comitê de Auditoria;
- fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a Riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos Riscos a serem tratados;
- avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de Riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria; e
- avaliar, por meio do Comitê de Auditoria, a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de Riscos anualmente.

Compete à Diretoria da Companhia:

- aprovar as diretrizes, matriz de Risco, determinando os limites de exposição, impactos e a tolerância de exposição aos Riscos;
- definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de Riscos dentro da Companhia;
- definir, em conjunto com a área de Controles Internos, os planos de ação para mitigação dos Riscos;
- supervisionar o processo de avaliação de Riscos e monitorar a evolução da exposição aos Riscos e os sistemas de gerenciamento de Risco; e
- disseminar a cultura da gestão de Risco em toda Companhia.

Compete ao Comitê de Auditoria:

- opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de Controles Internos da Companhia;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e
- possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Compete aos gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos, como primeira linha de defesa, com reporte para a Diretoria:

- identificar e gerenciar os Riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os limites de exposição de Riscos;
- comunicar, tempestivamente, à área de Controles Internos da Companhia, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos limites de exposição de Risco; e
- implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de Riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.

Compete à área de Controles Internos da Companhia, que não acumula cargos com outras áreas de atividades operacionais da Companhia, como segunda linha de defesa, e a qual se reporta diretamente para a Diretoria:

- administrar o sistema de gerenciamento de Risco;
- fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;
- fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;
- apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- propor limites para exposição aos Riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;
- supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes;
- acompanhar a Diretoria na implantação da Política de Gerenciamento de Riscos por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;
- avaliar os Riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;
- cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas;
- assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos; e
- propor treinamentos para as áreas envolvidas sobre metodologia, conceitos e cultura de gestão de risco.

Compete à área de auditoria interna da Companhia, como terceira linha de defesa, vinculada diretamente ao Conselho de Administração:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- (a) aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de Riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;
- (b) fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;
- (c) apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e
- (d) propor limites para exposição aos Riscos à Diretoria.

(c) adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Nossa administração e diversos órgãos monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

Conforme informado na Seção 12.1, possuímos Comitê de Auditoria estatutário, vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento. Ademais, a Companhia divulga, anualmente, relatório resumido do Comitê de Auditoria contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração.

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 – Política De Gerenciamento De Riscos De Mercado****(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado**

Não adotamos uma política específica de gerenciamento de riscos de mercado, no entanto, a Política de Gerenciamento de Riscos aprovada em 28 de agosto de 2020 pelo Conselho de Administração e descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, traz o processo de gerenciamento de riscos de uma maneira geral, incluindo dos riscos de mercado a serem avaliados e monitorados.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Os riscos para os quais buscamos proteção, incluindo riscos de mercado, estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual estamos expostos e que possa impactar negativamente o alcance de nossos objetivos e de geração de valor.

Os principais riscos de mercado para os quais buscamos proteção são:

(a) Risco de mercado: O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

Utilizamos derivativos para administrar riscos de mercado. Todas essas transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela Política de Gerenciamento de Riscos. Geralmente, procuramos aplicar a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

(i) Câmbio: exposição líquida à variação cambial dos ativos e passivos denominados em Dólar. A sensibilidade do resultado às mudanças nas taxas de câmbio decorre principalmente de instrumentos financeiros denominados em dólares.

Um fortalecimento (enfraquecimento) razoavelmente possível do Real em relação aos dólares americanos em 30 de junho de 2020 teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e o patrimônio líquido afetado e o resultado.

(ii) Juros: Monitoramos as flutuações nas taxas de juros variáveis relacionadas com os empréstimos e usamos os instrumentos derivativos para minimizar os riscos de flutuação das taxas de juros variáveis.

(iii) Preço: A partir de janeiro de 2020, ingressamos no mercado de trading de energia, com o objetivo de auferir resultados com as variações de preço de energia, dentro dos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

limites de risco e de contrapartes pré-estabelecidos pela Administração, nos expondo ao risco de preço desta commodity.

- Posição patrimonial e ganhos não realizados em operações de trading de energia, líquidos

As operações de trading são transacionadas em mercado ativo e reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, com base na diferença entre o preço contratado e o preço de mercado das contratações em aberto na data do balanço.

Este valor justo é estimado, em grande parte, nas cotações de preço utilizadas no mercado ativo de balcão, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em menor parte, pelo uso de técnicas de avaliação que consideram preços estabelecidos nas operações de compra e venda e preços de mercado projetados por entidades especializadas, no período de disponibilidade destas informações.

(b) Crédito: As operações regulares nos expõem a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. Procuramos mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, ainda estamos sujeitos a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper as operações.

(c) Risco de liquidez: A nossa abordagem em administrar a liquidez é assegurar liquidez suficiente para cumprir os passivos quando vencerem, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou em arriscar danos à reputação.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não possuímos uma política formal de contratação de instrumentos financeiros derivativos, mas utilizamos derivativos, dentro dos limites aprovados pela nossa administração, com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. Possuímos *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Os instrumentos de proteção que contratamos são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Além disto, realizamos operações com instrumentos financeiros Non-Deliverable Forward – NDF, não especulativos, com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio do saldo a pagar em dólares norte-americanos a determinados fornecedores de matéria-prima internacionais. Tais instrumentos são utilizados para mitigar apenas o risco associado aos contratos por nós celebrados e que estabelecem um preço de venda fixo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Não possuímos parâmetros objetivos para o gerenciamento dos riscos aos quais estamos expostos, pois entendemos que a baixa complexidade de tais riscos permite seu adequado gerenciamento sem uma formalização de critérios objetivos específicos.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

Nós não operamos instrumentos financeiros com objetivos especulativos, mas somente instrumentos financeiros para fins de proteção patrimonial.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos segue o modelo de “Três Linhas de Defesa”, no qual o gerenciamento dos Riscos deve ser realizado sob a responsabilidade dos órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos.

Para mais informações a respeito das responsabilidades específicas e estrutura hierárquica de nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, veja a Seção 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade do gerenciamento de nossos riscos de mercado e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Implementamos e mantemos práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras.

Os processos e sistemas de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste basicamente em avaliarmos periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que estamos dispostos a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com nossa gestão de riscos de *compliance* encontram-se detalhados na Seção 5.4.

Adicionalmente, como ação para aperfeiçoarmos constantemente nossos níveis de controle, nosso Comitê de Auditoria elabora, anualmente, relatório resumido de suas atividades, que é divulgado pela Companhia, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Consideramos nossas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao nosso porte e à complexidade de nossas atividades.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Possuímos um Comitê de Auditoria estatutário que, nos termos de seu Regimento Interno, tem como principais atribuições:

- (i) opinar sobre a contratação e destituição do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;
- (ii) supervisionar as atividades: **(ii.1)** dos auditores independentes, a fim de avaliar: **(ii.1.1)** a sua independência; **(ii.1.2)** a qualidade dos serviços prestados; e **(ii.1.3)** a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; **(ii.2)** da área de controles internos da Companhia; **(ii.3)** da área de auditoria interna da Companhia; e **(ii.4)** da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- (iii) monitorar a qualidade e integridade: **(iii.1)** dos mecanismos de controles internos; **(iii.2)** das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; e **(iii.3)** das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: **(iv.1)** a remuneração da administração; **(iv.2)** a utilização de ativos da Companhia; e **(iv.3)** as despesas incorridas em nome da Companhia;
- (v) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;
- (vi) elaborar relatório semestral, se necessário, e, obrigatoriamente, relatório anual resumido, este a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: **(vi.1)** suas atividades, incluindo a indicação das reuniões realizadas e dos principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e **(vi.2)** quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê em relação às demonstrações financeiras da Companhia;
- (vii) avaliar, monitorar e recomendar ao conselho de administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo política de transações entre partes relacionadas; e
- (viii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador da confidencialidade da informação.

A área de Controles Internos está a cargo de comandar os trabalhos de mapeamento de processos, identificação dos riscos e controles, seguido pelas áreas de negócio, as quais devem suportar o trabalho com o fornecimento de subsídios e narrativas dos processos.

A área de Auditoria Interna possui a função de nos auxiliar a alcançar todos os nossos objetivos estratégicos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliação e melhoria da eficiência dos processos.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Conforme informado na Seção 5.3(a) acima, o Comitê de Auditoria, na qualidade de órgão colegiado, será responsável por realizar, no mínimo anualmente, a auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidade de melhorias na forma de sua atuação, destacando ainda as recomendações feitas ao Conselho de Administração.

Ademais, a supervisão da eficiência dos controles internos é de responsabilidade das áreas de Auditoria Interna e Controles Internos.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Nossos auditores externos independentes não identificaram, durante a execução de seus trabalhos de auditoria nas demonstrações financeiras consolidadas, deficiências significativas sobre os nossos controles internos sobre o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. As avaliações conduzidas pela área de Auditoria Interna também não identificaram deficiências materiais sobre os nossos controles internos no exercício supracitado.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Conforme mencionado no item (d) acima, não foram identificados tanto pelos auditores externos independentes quanto pela auditoria interna deficiências significativas sobre os nossos controles internos, e também não há no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 deficiências significativas pendentes de remediação.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4 - Programa De Integridade

a. regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Possuímos um sistema de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (compliance), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, entre as quais se destacam aquelas descritas em nosso código de ética e conduta ("Código de Conduta") que foi recentemente atualizado e reformulado, conforme detalhado a seguir.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Temos como princípio a observância e o cumprimento das leis que afetam nossas atividades, padrões de comportamento alinhado aos nossos valores e ligados à estratégia de negócio. Ademais, temos como principais valores:

- Agir com disciplina: significa agir rapidamente em situações, prestigiando o senso de urgência, zelo, autonomia e inteligência.
- Criar oportunidades: significa estimular novas ideias para a busca incansável de soluções alternativas, com decisões rápidas e corajosas, pautadas em riscos calculados.
- Desenvolver o potencial humano: significa treinar, aconselhar e reconhecer pessoas de destaque, buscando o desenvolvimento de cada profissional para que sejam preparados para o futuro da Companhia e para a vida.
- Fazer mais e melhor sempre: significa buscar a superação constante de desafios. É encontrar um jeito cada vez melhor de fazer as coisas, de forma legítima e sustentável.
- Integridade e Ética: significa agir de acordo com os mais altos padrões éticos de conduta profissional em todas as suas atividades, de forma a garantir a integridade e credibilidade da reputação da Companhia nos mercados em que atua e com a sociedade. É repudiar as práticas fraudulentas, atos de corrupção (suborno, conluio, conflito de interesses, tráfico de influência, lavagem de dinheiro, ocultação de bens, vantagens indevidas e outros), condutas ilícitas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

(tais como falsificação de documentos, evasão fiscal, sonegação, dentre outras).

- Respeito aos direitos humanos: significa agir com respeito aos direitos humanos, a dignidade e diversidade. É repudiar qualquer forma de discriminação, assédio moral ou sexual.
- Sustentabilidade socioambiental: significa agir com respeito ao meio ambiente e à legislação vigente, com vista à proteção de recursos naturais em nossas atividades, criando valor para a comunidade, preservando o meio ambiente e condenando trabalho e exploração infantil, trabalho escravo e condições degradantes no ambiente profissional.
- Cumprimento de legislação aplicável, normas e políticas internas da Companhia: significa o dever dos Colaboradores e Terceiros de desempenhar suas atividades com observância às diretrizes deste Código e zelo no cumprimento fiel de toda a legislação aplicável, normas, regulamentos e políticas internas da nossa Companhia, além dos contratos e acordos coletivos firmados.
- Segurança no ambiente de trabalho: significa o dever dos colaboradores e terceiros de desempenhar suas atividades com respeito às regras de segurança do trabalho e meio ambiente aplicáveis às suas respectivas atividades.

Buscando desenvolver e aprofundar tais princípios, em 28 de agosto de 2020 reformulamos e atualizamos nosso Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data, que veda manipulação, acobertamento, adulteração de dados, uso de informação privilegiada, declarações falsas, promessa ou a concessão direta ou indireta de vantagens pessoais de qualquer natureza para terceiros, incluindo, mas não se limitando à autoridade de qualquer instância do setor público, suborno ou qualquer outro ato que tenha como objetivo a obtenção de vantagem injusta na condução dos negócios.

O Código de Conduta dispõe que é vedado a todos os colaboradores o recebimento de brindes, presentes, cortesias, entretenimento e hospitalidade que possam ser caracterizados como troca de favores. Entre os mecanismos existentes para garantir a aplicação e efetividade do Código de Conduta, mantemos registros comerciais, contas, livros e contratos para nos certificarmos que refletem corretamente a natureza das transações e dos pagamentos.

Nossos riscos são reavaliados e nossas políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas constantemente, de modo que nossa administração pode implementar mudanças e aperfeiçoamentos sempre que entender conveniente.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A gestão do Código de Conduta, bem como a apuração de denúncias é feita em conjunto pelas nossas áreas de Compliance, Jurídico Corporativo e Auditoria Interna Corporativa, tendo como instância de aprovação sequenciada o Conselho de Ética, o Comitê Auditoria e o Conselho de Administração da nossa Companhia. Não obstante, é dever dos líderes, em todos os níveis, serem exemplo de comportamento ético, garantindo que os colaboradores e terceiros sob sua gestão cumpram as disposições do Código de Conduta. Os líderes devem também se certificar de que os colaboradores sob sua gestão receberam treinamentos adequados, os quais são realizados periodicamente, por meios físicos ou virtuais.

Ademais, possuímos uma área de Auditoria Interna, cujas atividades são reportadas ao conselho de administração e é responsável pelo monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade.

Além disso, nosso Comitê Estratégico, Socioambiental e de Governança é responsável por, entre outras atribuições, zelar pela (i) adoção e aprimoramento de boas práticas de conformidade e integridade pela Companhia; (ii) pela efetividade e conformidade das políticas e documentos normativos da Companhia às exigências legais e regulatórias de seus negócios e atividades; e (iii) pela promoção da transparência na gestão dos nossos negócios, alinhada com aspectos Ambientais, Sociais e de Governança.

Entendemos que nossos mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes de governo.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados, bem como terceiros que interagimos.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Fornecemos treinamentos periódicos, ao menos anualmente, a todos nossos colaboradores, por meios físicos ou virtuais, a respeito das principais práticas a serem observadas por todos e a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Violações da legislação vigente, das normas previstas no Código de Conduta, e de outras políticas e regramentos da Companhia estão previstas na nossa Política de Medidas Disciplinares, e incluem: advertência verbal, advertência por escrito, suspensão, demissão sem justa causa, demissão com justa causa.

Caso as violações praticadas configurem crime, as autoridades competentes podem ser comunicadas, sem prejuízo das demais previsões acima descritas.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A atual versão do Código de Conduta foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 28 de agosto de 2020, e pode ser consultado no nosso website www.compassbr.com, bem como no website da CVM (cvm.gov.br).

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

Nosso canal de denúncias é operado por um prestador de serviço terceirizado denominado Auditoria e Consultoria - Ética e Integridade na Empresa (“ICTS”). A ICTS fornece um serviço de denúncia profissional e independente para auxiliar no recebimento de dúvidas e preocupações relacionadas à conduta nos nossos negócios.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O acesso ao canal de denúncias é gratuito e pode ser utilizado tanto por nossos colaboradores quanto por terceiros, através do website: canaldeetica.com.br/cosan ou do telefone 0800-725-0039.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O canal de denúncias é administrado por uma empresa terceirizada e certificada. O canal oferecido por tal empresa permite que as denúncias sejam feitas de maneira anônima ou que sejam identificadas.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Nossa áreas de Compliance, Jurídico Corporativo e Auditoria Interna Corporativa são responsáveis pela apuração de relatos recebidos e condução de investigações internas,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

sendo que, quando necessário, poderão ser envolvidos terceiros (empresas forenses, escritórios de advocacia, entre outros) para assessorar a apuração. O resultado das investigações será reportado ao Conselho de Ética que, dentre outras atribuições, é responsável por recomendar a aplicação das medidas disciplinares cabíveis referentes aos desvios de conduta. A apuração de denúncias de infrações cometidas por administradores será realizada pelo Conselho de Administração, que deverá adotar as medidas cabíveis.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Sempre realizamos auditoria prévia a processos de aquisição ou reestruturações societárias envolvendo terceiros, por meio de assessores externos especificamente contratados para tanto. Um dos focos dessas auditorias é a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Conforme detalhado na presente Seção 5, possuímos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações Significativas

Em 28 de agosto de 2020 nosso Conselho de Administração aprovou nossa Política de Gerenciamento de Riscos e reformulou o Código de Conduta, conforme detalhados nesta seção 5.

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que estamos expostos, tampouco há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos na Seção 4 deste Formulário de Referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6 - Outras Inf. Relev. - Gerenciamento De Riscos E Controles Internos

Não há outras informações relevantes em relação a esta Seção 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Comentários Dos Diretores

Os diretores da Companhia apresentam, neste item 10 do Formulário de Referência, informações que visam a permitir aos investidores e ao mercado em geral analisar a nossa situação pela perspectiva da Administração. Abaixo discorrem, dentre outros aspectos, sobre fatos, tendências, compromissos ou eventos importantes que, impactam ou poderiam impactar as nossas condições financeiras e patrimoniais.

As análises, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, foram construídas com base em demonstrações financeiras combinadas carve-out ("Demonstrações Financeiras Combinadas Carve-out"), que compreendem: (i) ativos, passivos e resultados reportados pela Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS ("Comgás"); (ii) balanços históricos *carved-out* do direito de concessão da Comgás realizado pela Cosan S.A.; e (iii) ativos, passivos e resultados reportados pela entidade legal Compass Gás e Energia S.A. e suas controladas. Apresentamos estas demonstrações financeiras combinadas carve-out visando a demonstrar a informação que melhor reflete a geração operacional bruta de caixa em nossas atividades e o total dos ativos.

As informações referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 apresentadas nesta Seção são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em e para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas no item 10 deste formulário de referência significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica, em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Esclarecimentos adicionais a respeito dos impactos da pandemia da COVID-19 em nossas atividades e, conseqüentemente, em nossas demonstrações financeiras, estão detalhados no item 10.9 deste Formulário de Referência.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Tendo como finalidade a participação em sociedades do segmento de gás e energia, temos como atividades principais, por meio de nossas subsidiárias, a (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo para clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) trading de energia elétrica e comercialização de gás natural; (iii) infraestrutura em terminal de regaseificação e gasoduto de escoamento *offshore*; e (iv) geração térmica através do gás natural.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Neste contexto, o quadro abaixo apresenta o resumo das participações detidas por nós:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019			
Empresas	% de participação no capital votante	Natureza do Relacionamento	Método de Avaliação
Comercializadora de Gás S.A.	100,00	Controlada	Consolidação
Rota 4 Participações S.A.	100,00	Controlada	Consolidação
TRSP – Terminal de Regaseificação de GNL de São Paulo S.A.	100,00	Controlada	Consolidação
Comgás	99,15	Controlada	Combinação*

*A contribuição da Comgás para a Companhia ocorreu em janeiro de 2020, porém para fins de informações combinadas carve-out apresentamos a Comgás no quadro com a respectiva participação societária.

Entendemos que nossas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para implementar nosso plano de negócios e cumprir com nossas obrigações de curto e médio prazo. Nossa geração de caixa, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de nossas atividades e cobrir nossa necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas do balanço patrimonial, utilizadas para o cálculo dos indicadores apresentados na sequência:

	DFs Combinadas carve-out dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			Período de seis meses encerrado em 30 de junho de
(R\$ mil)	2017	2018	2019	2020 (Consolidado)
Ativo	12.496.891	12.068.985	12.039.102	15.106.795
Circulante	3.301.597	3.232.629	2.792.169	5.353.107
Não Circulante	9.195.294	8.836.356	9.246.933	9.753.688
Passivo	7.951.856	6.900.175	9.154.199	11.636.083
Circulante	3.126.777	1.915.312	2.810.509	4.083.760
Não Circulante	4.825.079	4.984.863	6.343.690	7.552.323
Patrimônio Líquido	4.545.035	5.168.810	2.884.903	3.470.712
Passivo e Patrimônio Líquido	12.496.891	12.068.985	12.039.102	15.106.795

O ativo circulante é formado principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros tributos a recuperar. Já o passivo circulante, é constituído em especial por fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros tributos a pagar.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Abaixo, apresentamos os índices de endividamento e de liquidez e os resultados encontrados sustentam a confiança da administração na solidez patrimonial da Companhia:

Índices	Fórmula	DFs Combinadas carve-out dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			Período de seis meses encerrado em 30 de junho de
		2017	2018	2019	2020
Endividamento Total (ET)	$ET = \frac{\text{Passivo total}}{\text{Ativo total}} \times 100$	63,6	57,2	76,0	77,0
Endividamento de Curto Prazo (ECP)	$ECP = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Ativo total}} \times 100$	25,0	15,9	23,3	27,0
Liquidez Geral (LG)	$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo total}} \times 100$	50,6	51,8	34,3	88,6
Liquidez Corrente (LC)	$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \times 100$	105,6	168,8	99,3	131,1

Os índices de endividamento total e de curto prazo são índices de estrutura patrimonial e indicam a participação de recursos de terceiros (passivo) no financiamento das aplicações totais realizadas pela empresa (ativo total).

As informações financeiras patrimoniais combinadas carve-out da Companhia, com base na avaliação dos diretores da Companhia, demonstram um adequado nível de endividamento, não havendo concentração no curto prazo e disponibilidade de caixa.

Os resultados da liquidez geral e corrente da Companhia demonstram situação, com base na avaliação dos diretores da Companhia, confortável diante da expectativa de manutenção da dinâmica operacional dos negócios.

Em 27 de dezembro de 2019, a Comgás reduziu capital social no valor de R\$1.500.000 e realizou o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$2.000.000. Esta redução representou uma saída de caixa que influenciou nas métricas de endividamento e de liquidez, afetando negativamente os índices do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 das demonstrações financeiras combinadas carve-out.

b. estrutura de capital

Os setores de atuação da Companhia, especial a área de infraestrutura e distribuição de gás canalizado, requerem uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Na tabela seguinte apresentamos a composição da estrutura de capital da Companhia entre capital próprio e de terceiros:

	DFs Combinadas carve-out dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de						Período de seis meses encerrado em 30 de junho de	
(R\$ mil)	2017	AV	2018	AV	2019	AV	2020 (Consolidado)	AV
Passivo	7.951.856	63,63%	6.900.175	57,17%	9.154.199	76,04%	11.636.083	77,03%
Patrimônio Líquido	4.545.035	36,37%	5.168.810	42,83%	2.884.903	23,96%	3.470.712	22,97%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	12.496.891	100%	12.068.985	100%	12.039.102	100%	15.106.795	100%

Em 31 de dezembro de 2017 a estrutura de capital da Companhia era composta de 63,63% por passivos, do qual se destacam empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e imposto de renda e contribuição social diferidos, e 36,37% por patrimônio líquido e investimento da controladora.

Em 31 de dezembro de 2018 a estrutura de capital da Companhia era composta de 57,17% por passivos, do qual se destacam empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e imposto de renda e contribuição social diferidos, e 42,83% por patrimônio líquido e investimento da controladora.

Em 31 de dezembro de 2019 a estrutura de capital da Companhia era composta de 76,04% por passivos, do qual se destacam empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e imposto de renda e contribuição social diferidos, e 23,96% por patrimônio líquido e investimento da controladora.

Em 30 de junho de 2020 a estrutura de capital da Companhia era composta de 77,03% por passivos, do qual se destacam empréstimos, financiamentos e debêntures fornecedores e imposto de renda e contribuição social diferidos, e 22,97% por patrimônio líquido e investimento da controladora.

Nossa Administração entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Os índices de liquidez geral e de liquidez corrente da Companhia em 30 de junho de 2020 eram de x0,46 e x1,34, respectivamente. Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía aproximadamente R\$ 7.336,8 milhões de empréstimos, financiamentos e debêntures tomados.

A Administração da Companhia informa que avaliou a habilidade da empresa operar normalmente, considerando o perfil de endividamento da Companhia, composto por dívidas bancárias e financiamentos, o fluxo de caixa e as respectivas posições de liquidez da Companhia, está convencida de que a Companhia possui liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos para dar continuidade aos seus negócios, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar os investimentos de ampliação da rede e aquisições, a Administração acredita que a Companhia possui capacidade financeira para honrá-los.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos (bancos de primeira linha no Brasil e no exterior); (iii) linhas de financiamento do BNDES; e (iv) operações no mercado internacional e no mercado local. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operações referentes às suas atividades e negócios, e (ii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

Para maiores informações veja o item 10(f).(i) deste Formulário de Referência, no qual estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia de acordo com as suas respectivas características.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor.

Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende manter sua estratégia de financiamento com: (i) contratação de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras; e (ii) captação de recursos, por meio de instrumentos de dívida ou emissão de ações, no mercado de capitais.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, tais como:*i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes;*

Em 30 de junho de 2020, a Companhia possuía um endividamento bancário bruto (empréstimos e financiamentos e debêntures corrente e não corrente) de R\$ 7.336,8 milhões, dos quais R\$ 2.213,9 milhões, ou 30,18%, eram representados por dívidas de curto prazo. O endividamento bancário da Companhia aumentou R\$2.091,7 milhões, 39,9% entre 31 de dezembro de 2019 e 30 de junho de 2020, principalmente em decorrência de emissões realizadas durante o 1º semestre de 2020 que visaram reforçar a liquidez da companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía um endividamento bancário bruto (empréstimos e financiamentos e debêntures) de R\$5.244,9 milhões, dos quais R\$908,5 milhões, ou 17,3%, eram representados por dívida de curto prazo. O endividamento bancário da Companhia aumentou R\$1.593,4 milhões, ou 43,6%, entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019, principalmente devido ao novo contrato com o BNDES no valor de R\$ 2 bilhões assinado em dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía um endividamento bancário bruto (empréstimos e financiamentos e debêntures) de R\$3.651,5 milhões, dos quais R\$ 679,7 milhões, ou 18,6%, eram representados por dívida de curto prazo. O endividamento bancário da Companhia diminuiu R\$561,0 milhões, ou 13,3%, entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, principalmente devido à necessidade de caixa da Companhia no período, por meio das captações descritas no item 10.1.f.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía um endividamento bancário bruto (empréstimos e financiamentos e debêntures) de R\$4,212,5 milhões, dos quais R\$ 1,264,4 milhões, ou 30,0%, eram representados por dívida de curto prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 30 de junho de 2020:

(Em R\$ milhares, exceto %)		Encargos financeiros			
Descrição	Indexador	Taxa anual de juros	30/06/2020 (Consolidado)	31/12/2019 (Combinado <i>carve-out</i>)	Vencimento
Com garantia					
BNDES	TJ462 + 1,80%	7,9%	—	144.573	out/2020
	SELIC + 1,80%	5,5%	—	73.540	out/2020
	SELIC + 1,96%	5,7%	—	52.031	jun/2023
	TJLP + 2,00%	7,1%	—	83.174	jun/2023
	TJLP	5,1%	—	1.668	jun/2023
	IPCA + 4,10%	5,8%	184.918	—	abr/2029
	IPCA + 3,25%	4,9%	540.663	—	abr/2029
EIB (Tranche 1)	U.S.\$ + 3,88%	3,9%	—	31.770	jun/2020
EIB (Tranche 2)	U.S.\$ + 2,94%	2,9%	19.864	29.081	set/2020
	U.S.\$ + LIBOR				
EIB (Tranche 3)	+ 0,54%	1,1%	65.308	71.129	mai/2021
	U.S.\$ + LIBOR				
EIB (Tranche 4)	+ 0,61%	1,4%	92.051	89.336	set/2021
			902.804	576.302	
Sem garantia					
Resolução 4.131	U.S.\$ + 1,59%	1,6%	408.013	—	mai/2023
	U.S.\$ + 3,67%	3,7%	439.848	313.493	mai/2023
Notas promissórias	CDI + 3,00%	5,2%	202.175	—	abr/2021
	CDI + 3,40%	5,6%	505.193	—	abr/2021
	CDI + 3,00%	5,2%	383.236	—	abr/2021
Debêntures					
3ª emissão - 3ª série	IPCA + 5,57%	7,3%	110.106	108.133	set/2020
4ª emissão - 1ª série	IPCA + 7,14%	8,9%	331.762	318.412	dez/2020
4ª emissão - 2ª série	IPCA + 7,48%	9,2%	298.734	286.271	dez/2022
4ª emissão - 3ª série	IPCA + 7,36%	9,1%	98.418	94.367	dez/2025
5ª emissão - série única	IPCA + 5,87%	7,6%	903.517	859.996	dez/2023
6ª emissão - série única	IPCA + 4,33%	6,0%	444.278	431.817	out/2024
7ª emissão - série única	IGPM + 6,10%	12,2%	252.248	240.900	mai/2028
8ª emissão - série única	CDI + 0,50%	2,7%	2.056.454	2.015.251	out/2022
			6.433.982	4.668.640	
Total			7.336.786	5.244.942	
Circulante			2.213.882	908.522	
Não circulante			5.122.904	4.336.420	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Apresentamos a seguir a descrição dos principais contratos financeiros celebrados pela Companhia e suas controladas, vigentes em 30 de junho de 2020:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 30 de junho de 2020, a Comgás era parte em dois contratos relevantes de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Estes contratos estão garantidos por fianças bancárias de bancos de primeira linha.

Em 02 de outubro de 2012, a Comgás celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$1,1 bilhão (Projeto VI), lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimentos dos anos de 2012 a 2014. O valor total do financiamento é dividido em cinco subcréditos.

Em 04 de setembro de 2015, a Comgás celebrou contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 370,6 milhões (Projeto VII), lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, para suportar parte do plano de investimento dos anos de 2015 a 2017. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos. Até 31 de dezembro de 2017, o BNDES havia desembolsado R\$ 176 milhões para a Comgás, valores referentes a esse contrato. Em 30 de junho de 2020, o saldo pendente foi encerrado e não há mais créditos referentes a esta operação.

Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

	Data de Contratação	Custo	Data de Vencimento	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros
Projeto VI – Subcréditos A e B	Outubro de 2012	TJ462 + 1,80%	Outubro de 2020	Mensal	Mensal
Projeto VI – Subcréditos A1 e B1	Outubro de 2012	Selic + 1,8%	Outubro de 2020	Mensal	Mensal
Projeto VII – Subcréditos A e B	Setembro de 2015	TJLP + 2,0%	Junho de 2023	Mensal ¹	Mensal ²
Projeto VII – Subcrédito C	Setembro de 2015	Selic + 1,96%	Junho de 2023	Mensal ¹	Mensal ²
BNDES - Refinanciamento (Projetos VI e VII)	Maio de 2020	IPCA + 4,10%	Abril de 2029	Mensal	Mensal
BNDES - Projeto VIII	Dezembro de 2019	IPCA + 3,25%	Abril de 2029	Mensal	Mensal ³

¹Período de carência para pagamento de principal: até junho de 2018.

²Pagamento trimestral de juros até junho de 2018; a partir desta data, os pagamentos serão mensais.

³Pagamento trimestral de juros até junho de 2022; a partir desta data, os pagamentos serão mensais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Banco Europeu de Investimentos (EIB)**

Em 30 de junho de 2020, a Comgás era parte em 2 contratos de financiamento junto ao Banco Europeu de Investimento (EIB) descritos abaixo, divididos em 4 liberações, cuja estrutura de garantia se dá por fianças bancárias de bancos de primeira linha. Estes contratos têm por objetivo financiar a construção de redes de baixa pressão para a conexão de novos clientes, principalmente residenciais e comerciais. O projeto também incluirá a reabilitação da rede, reduzindo a perda de gás, tais como reposição e reforço de rede, conexão, medidores e tubulações.

	Data de Contratação	Custo	Data de Vencimento	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros
EIB – 1ª liberação	Junho de 2010	USD + 3,881%	Junho de 2020	Semestral	Semestral
EIB – 2ª liberação	Junho de 2010	USD + 2,936%	Setembro de 2020	Semestral	Semestral
EIB – 3ª liberação	Maio de 2011	USD + Libor 6 meses + 0,483%	Maio de 2021	Semestral	Semestral
EIB – 4ª liberação	Setembro de 2011	USD + Libor 6 meses + 0,549%	Setembro de 2021	Semestral	Semestral

Debêntures

Em 30 de junho de 2020, a Comgás possuía emissões de debêntures com a destinação de recursos, em sua maioria (com exceção da 7ª emissão), para financiamento do plano de expansão e do plano de suporte, e inclui investimentos em projetos de tecnologia da informação de forma a dar o suporte ao plano de expansão e ao plano de suporte. Os projetos de investimento contemplam a construção de novas redes de distribuição de gás natural, além de investimentos para a no âmbito do plano de suporte da Comgás.

Abaixo resumo das emissões de debêntures da Companhia:

	Data de Contratação	Custo	Data de Vencimento	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros
3ª emissão – 3ª série	Setembro de 2013	IPCA + 5,57%	Setembro de 2020	2 parcelas	Anual
4ª emissão – 1ª série	Dezembro de 2015	IPCA + 7,14%	Dezembro de 2020	No vencimento	Anual
4ª emissão – 2ª série	Dezembro de 2015	IPCA + 7,48%	Dezembro de 2022	2 parcelas	Anual

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

4ª emissão – 3ª série	Dezembro de 2015	IPCA + 7,36%	Dezembro de 2025	3 parcelas	Anual
5ª emissão – série única	Dezembro de 2016	IPCA + 5,87%	Dezembro de 2023	No vencimento	Anual
6ª emissão – série única	Outubro de 2017	IPCA + 4,33%	Outubro de 2024	No vencimento	Anual
7ª emissão – série única	Maio de 2018	IGPM + 6,10%	Maio de 2028	3 parcelas	Anual
8ª emissão – série única	Outubro de 2019	DI + 0,50%	Outubro de 2022	No vencimento	Anual

Capital de Giro – Lei nº 4.131

Com o objetivo de financiamento do capital de giro, a Comgás celebrou contrato de financiamento com o banco The Bank of Nova Scotia. Estes contratos não contam com qualquer estrutura de garantias. Abaixo resumo das principais condições destes contratos:

	Data de Contratação	Custo	Data de Vencimento	Pagamento do Principal	Pagamento de Juros
4.131 - Scotia	Maio de 2018	USD + 3,67%	Maio de 2023	No vencimento	Semestral

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

A Companhia e suas subsidiárias mantêm relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro e não têm outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas acima citadas. A Administração esclarece ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão de nossos negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. grau de subordinação entre as dívidas; e

A Administração informa que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirográficas da Companhia. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. Contudo, a Administração esclarece que, atualmente, o BNDES e o EIB podem ser considerados credores mais favorecidos, uma vez que seus contratos contam com estrutura de garantias específicas, por meio de fianças bancárias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

iv. eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

A Administração informa que determinados contratos financeiros apresentam cláusulas que determinam a observância dos seguintes e determinados índices financeiros (covenants) mínimos:

	Dívida líquida / EBITDA	Dívida de curto prazo / Dívida total
Dívida		
4.131 - Scotia	≤4,00	-
BNDES	≤4,00	-
Notas Promissória	≤4,00	-
3ª Emissão de Debêntures	≤4,00	≤0,60
4ª Emissão de Debêntures	≤4,00	≤0,60
5ª Emissão de Debêntures	≤4,00	-
6ª Emissão de Debêntures	≤4,00	-
7ª Emissão de Debêntures	≤4,00	-
8ª Emissão de Debêntures	≤4,00	-

Além das restrições descritas acima, os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas subsidiárias possuem outras restrições conforme padrão de mercado, tais como: transferência do controle efetivo, direto ou indireto, sem prévia e expressa autorização do banco; alteração de titularidade do capital social envolvendo acionista, direto ou indireto, inclusive transferência entre si, com variação superior a 50% do total do capital; transferência da alteração de capital social da Companhia sem anuência prévia dos Debenturistas; alteração do objeto social da Companhia que resulte em alteração relevante de seu setor de atuação; reorganização societária na qual a estrutura final de controle da Companhia não tenha a Cosan Limited ou qualquer de suas controladas ou sucessoras dentro do bloco de controle.

A Companhia acompanha o atendimento das cláusulas acima descritas e entende que, e na data deste Formulário de Referência, atendeu todas as cláusulas restritivas e covenants financeiros nas medições anuais, mencionados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 e para o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Dívida líquida / EBITDA	Dívida de curto prazo / Dívida total
Resultado		
31 de dezembro de 2017	1,00	0,28
31 de dezembro de 2018	0,71	0,17
31 de dezembro de 2019	1,43	0,16
30 de junho de 2020	1,40	0,31

A dívida líquida compreende os empréstimos, financiamentos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

A dívida de curto prazo compreende os empréstimos, financiamentos e debêntures com vencimento até 12 meses e a dívida total compreende os empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo.

Destaca-se ainda que as medições não contábeis utilizadas acima para fins de covenants financeiros são definidos isoladamente por cada escritura e não devem ser confundidos com as utilizadas pela Companhia e divulgadas no item 3.2 deste Formulário de Referência.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispõe de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Todas as demonstrações contábeis consolidadas referentes aos três últimos exercícios sociais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Os números e análises a seguir apresentados derivam das Demonstrações Financeiras Combinadas Carve-out.

As informações referentes ao período de seis meses de 30 de junho de 2020 apresentadas nesta seção são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas em e para o período de seis meses de 30 de junho de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO****PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019**

(em R\$ milhares, exceto %)	Consolidado	AV	Combinado carve-out		AH 2020 vs. 2019
	30/06/2020		30/06/2019	AV	
Receita operacional líquida	4.035.097	100,0%	4.398.851	100,0%	-8,3%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(2.714.337)	-67,3%	(3.049.798)	-69,3%	-11,0%
Resultado bruto	1.320.760	32,7%	1.349.053	30,7%	-2,1%
Despesas de vendas	(360.994)	-8,9%	(301.325)	-6,9%	19,8%
Despesas gerais e administrativas	(192.816)	-4,8%	(173.110)	-3,9%	-11,4%
Outras receitas (despesas), líquidas	40.373	1,0%	14.183	0,3%	184,7%
Despesas operacionais	(513.437)	-12,7%	(460.252)	-10,5%	11,6%
Lucro antes do resultado da equivalência patrimonial, do resultado financeiro líquido e dos impostos	807.323	20,0%	888.801	20,2%	-9,2%
Despesas financeiras	(172.598)	-4,3%	(187.577)	-4,3%	-8,0%
Receitas financeiras	124.617	3,1%	90.132	2,0%	38,3%
Variação cambial líquida	(199.787)	-5,0%	5.916	0,1%	n/a
Derivativos	201.916	5,0%	2.154	0,0%	n/a
Resultado financeiro líquido	(45.852)	-1,1%	(89.375)	-2,0%	-48,7%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	761.471	18,9%	799.426	18,2%	-4,7%
Corrente	(245.232)	-6,1%	(327.083)	-7,4%	-25,0%
Diferido	(7.786)	-0,2%	49.569	1,1%	-115,7%
Imposto de renda e contribuição social	(253.018)	-6,3%	(277.514)	-6,3%	-8,8%
Resultado líquido do período	508.453	12,6%	521.912	11,9%	-2,6%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisReceita Operacional Líquida

	Consolidado 30/06/2020	Combinado carve-out 30/06/2019
Distribuição de gás		
Gás natural		
Industrial	2.245.829	2.900.568
Residencial	620.736	518.953
Cogeração	149.935	214.120
Automotivo	103.078	167.950
Comercial	163.022	229.508
Receita de construção	416.319	342.050
Outros	22.289	25.702
	3.721.208	4.398.851
Comercialização de energia elétrica	313.889	
Total	4.035.097	4.398.851

A receita operacional líquida totalizou R\$4.035,1 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando uma redução de R\$363,8 milhões, ou 8,3%, quando comparada com o valor de R\$4.398,9 milhões, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Esse decréscimo pode ser explicado, principalmente, pela redução verificada no segmento de distribuição de gás, especificamente (i) menores volumes vendidos no 1º semestre de 2020 em todos os segmentos da Comgás (15,6%), impactado pela pandemia do coronavírus, exceto pelo segmento residencial por conta das restrições de circulação, representando um valor de R\$677,6 milhões; e (ii) reconhecimento dos ativos e passivos setoriais, na linha de outros, referente aos créditos tributários reconhecidos pela Comgás que serão devolvidos aos consumidores quando do trânsito em julgado de sua ação. Com relação a cada segmento específico:

- Industrial: apresentou uma redução de 22,6% em comparação com o mesmo período de 2019, fortemente impactado pela pandemia do coronavírus em todos os setores com destaque para cerâmica, químico e automotivo, gerando uma queda de volume de 15,2%.
- Residencial: apresentou um crescimento de 19,6% em comparação com o mesmo período de 2019, impulsionado pela adição de aproximadamente 96 mil novos clientes nos últimos 12 meses, queda da temperatura média no período e aumento do consumo por fatura devido ao cenário da pandemia, que gerou um aumento de volume de 15,6%.
- Cogeração: apresentou uma queda de 30,0% em comparação com o mesmo período de 2019, justificada pela queda de 24,4% de volume vendido em todos os setores em função da pandemia do coronavírus.
- Automotivo (GNV): apresentou queda de 38,5% em comparação com o mesmo período de 2019, representando uma queda de volume vendido de 34,9%, altamente afetado pelo isolamento social que ocasionou a diminuição da circulação de carros e frotas, além de um menor nível de conversões em relação ao período comparativo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- **Receita de Construção:** as receitas de construção representam valores relacionados à construção da infraestrutura necessária para distribuição de gás, sendo reconhecida no resultado na fase de finalização da obra. Essa receita apresentou crescimento de 21,7% em comparação com o mesmo período de 2019, devido principalmente aos investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Comgás.

A redução mencionada acima foi parcialmente compensada pela consolidação dos resultados da Compass Trading a partir de fevereiro de 2020.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados totalizaram R\$2.714,3 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando uma redução de R\$335,5 milhões, quando comparada com o valor de R\$3.049,8 milhões, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Esse decréscimo pode ser explicado, principalmente, (i) pelo reconhecimento de um crédito de R\$368,3 milhões referente os ativos setoriais que passaram a ser reconhecidos em 2020 por conta da Deliberação nº 1.010 da ARSESP (conforme descrita no item 3.2.a deste formulário de referência); (ii) menor custo reflexo da queda de volume por conta da pandemia do coronavírus; (iii) menor custo unitário do gás, impactado pela oscilação do preço do petróleo e variação cambial no período, unidades de referência dos contratos de fornecimento de gás, sendo que a redução representada pelo itens (ii) e (iii) totalizou R\$268,2 milhões; e (iv) custos de venda de energia elétrica reconhecidos a partir de fevereiro de 2020 por conta da aquisição da Compass Trading, que adicionaram R\$301,0 milhões a esses custos.

Despesas Operacionais

Despesas de Vendas

As despesas de vendas totalizaram R\$361,0 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$59,7 milhões quando comparadas com o valor de R\$301,3 milhões, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo reconhecimento de provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$54,0 milhões em função de maior inadimplência por conta da pandemia do coronavírus.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$192,8 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$19,7 milhões, quando comparadas com o valor de R\$173,1 milhões, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado basicamente por conta das despesas gerais e administrativas da Compass Trading a partir de fevereiro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Outras Receitas (Despesas) Líquidas***

A rubrica outras receitas (despesas) líquidas representou uma receita totalizando R\$40,4 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$26,2 milhões quando comparadas à receita com o valor de R\$14,2 milhões, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado, pelo reconhecimento, conforme a Deliberação nº 1.010, de 10 de junho de 2020, do ressarcimento das despesas com perdas regulatórias no montante de R\$26,9 milhões.

Resultado Financeiro Líquido***Despesas Financeiras***

As despesas financeiras totalizaram R\$172,6 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando uma redução de R\$15,0 milhões ou 8,0%, quando comparadas com o valor de R\$187,6 milhões, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019, basicamente pela redução de seus indexadores (CDI - 2,15% em 2020 e 5,65% em 2019 -, IPCA - 3,07% em 2020 e 4,09% em 2019 - e IGPM - 3,84% em 2020 e 4,30% em 2019) em virtude da constante queda dos juros no país compensadas pelo aumento de 38,1% na dívida média (em função das captações para reforço de caixa por causa da pandemia do coronavírus).

Receitas Financeiras

As receitas financeiras totalizaram R\$124,6 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$34,5 milhões quando comparadas com o valor de R\$90,1 milhões, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo aumento da caixa médio (em função das captações para reforço de caixa por causa da pandemia do coronavírus) parcialmente compensada pela redução de seus indexadores (CDI - 2,15% em 2020 e 5,65% em 2019) em virtude da constante queda dos juros no país.

Variação Cambial Líquida

A variação cambial líquida totalizou uma despesa de R\$199,8 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando uma variação de R\$205,7 milhões quando comparadas com uma receita de R\$5,9 milhões, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Este aumento deve-se ao incremento do câmbio em 2020 em decorrência da deterioração do real frente ao dólar por conta da pandemia do coronavírus e instabilidades políticas, tendo passado de R\$3,83 em 2019 para R\$ 5,48 em 2020.

Derivativos

O valor dos derivativos totalizou R\$201,9 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando um aumento de R\$199,7 milhões quando comparadas com o valor de R\$2,2 milhões, referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019. Os instrumentos financeiros derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico (sem caráter especulativo) e o aumento está substancialmente em linha com a redução da variação cambial explicada acima.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda e contribuição social totalizou uma despesa de R\$253,0 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, representando uma redução de R\$24,5 milhões, ou 8,8%, quando comparado com uma despesa de R\$277,5 milhões referente ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019, basicamente por uma redução do resultado antes do imposto de renda e contribuição social comentados anteriormente. As taxas efetivas dos períodos encerrados em 30 de junho de 2020 e 2019 foram de 33,23% e 34,71% respectivamente.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

<i>(em R\$ milhares, exceto %)</i>	Combinado <i>carve-out</i>				AH 2019 vs 2018
	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	
Receita operacional líquida	9.514.222	100,0%	6.840.011	100,0%	39,1%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(6.402.338)	(67,3)%	(4.901.715)	(71,7)%	30,6%
Resultado bruto	3.111.884	32,7%	1.938.296	28,3%	60,5%
Despesas de vendas	(276.825)	(2,9)%	(268.317)	(3,9)%	3,2%
Despesas gerais e administrativas	(744.723)	(7,8)%	(712.398)	(10,4)%	4,5%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(40.523)	(0,4)%	763.609	11,2%	(105,3)%
Despesas operacionais	(1.062.071)	(11,2)%	(217.106)	(3,2)%	389,2%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos	2.049.813	21,5%	1.721.190	25,2%	19,1%
Despesas financeiras	(405.099)	(4,3)%	(448.035)	(6,6)%	(9,6)%
Receitas financeiras	205.637	2,2%	482.342	7,1%	(57,4)%
Variação cambial líquida	(27.518)	(0,3)%	(93.810)	(1,4)%	(70,7)%
Derivativos	46.598	0,5%	138.275	2,0%	(66,3)%
Resultado financeiro líquido	(180.382)	(1,9)%	78.772	1,2%	(329,0)%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.869.431	19,6%	1.799.962	26,3%	3,9%
Corrente	(710.881)	(7,5)%	(368.954)	(5,4)%	92,7%
Diferido	126.438	1,3%	(172.041)	(2,5)%	(173,5)%
Imposto de renda e contribuição social	(584.443)	(6,1)%	(540.995)	(7,9)%	8,0%
Resultado líquido do exercício	1.284.988	13,5%	1.258.967	18,4%	2,1%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisReceita Operacional Líquida

	Combinado carve-out 31/12/2019	Combinado carve-out 31/12/2018
Distribuição de gás		
Gás natural		
Industrial	6.045.600	4.411.737
Residencial	1.295.107	986.073
Cogeração	437.327	315.925
Automotivo	350.637	262.813
Comercial	507.550	387.069
Receita de construção	813.341	415.753
Outros	64.660	60.641
Total	9.514.222	6.840.011

A receita operacional líquida totalizou R\$9.514,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$2.674,2 milhões ou 39%, quando comparada com o valor de R\$6.840,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em razão de: (i) maiores volumes vendidos de gás natural (+36%), refletindo o aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas em função da revisão tarifária, representando um valor de R\$ 2.272,6 milhões; e (ii) da receita de construção (+96%), devido principalmente aos investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Companhia, representando um valor de R\$ 397,6 milhões. Com relação a cada segmento específico:

- Industrial: apresentou crescimento de 37% em comparação com o mesmo período de 2019 por conta da conclusão da 4ª revisão tarifária compensado por redução de 1,1% no volume vendido.
- Residencial: apresentou crescimento de 31% em comparação com o mesmo período de 2019, por conta da conclusão da 4ª revisão tarifária e aumento de 1,2% no volume vendido, reflexo da adição de aproximadamente 103 mil novos clientes nos últimos 12 meses.
- Cogeração: apresentou crescimento de 38% em comparação com o mesmo período de 2019, por conta da conclusão da 4ª revisão tarifária, aumento de 2% no volume vendido principalmente pela inversão da curva de preço da PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).
- Automotivo (GNV): apresentou crescimento de 33% em comparação com o mesmo período de 2019, por conta da conclusão da 4ª revisão tarifária e parcialmente compensando pela redução de 1,7% no volume vendido relacionado à menor competitividade do gás natural frente a outros energéticos, além de uma maior base comparativa associada aos efeitos da greve dos caminhoneiros.
- Comercial: apresentou crescimento de 31% em comparação com o mesmo período de 2019, por conta da conclusão da 4ª revisão tarifária e parcialmente compensado pela redução de 2,6% no volume vendido impulsionado pelo setor de Bebidas e

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Alimentos, juntamente com Shoppings e Edifícios Comerciais.

- Receita de Construção: apresentou crescimento de 96% em comparação com o mesmo período de 2019, devido principalmente aos investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Comgás.

Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados totalizaram R\$6.402,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$1.500,6 milhões, quando comparada com o valor de R\$4.901,7 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em razão dos maiores volumes vendidos de gás natural e aumento do custo unitário do gás, devido principalmente à variação do preço do petróleo e do dólar, que são as referências dos contratos de fornecimento de gás, que somados representaram R\$ 1.103,1 milhões.

Receitas (Despesas Operacionais)***Despesas de Vendas***

As despesas de vendas totalizaram R\$276,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$8,5 milhões, ou 3%, quando comparadas com o valor de R\$268,3 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, não tendo apresentado uma variação relevante na comparação entre os dois períodos.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$744,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$32,3 milhões, ou 5%, quando comparadas com o valor de R\$712,4 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, não tendo apresentado uma variação relevante na comparação entre os dois períodos.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas

A rubrica outras receitas (despesas) operacionais líquidas representou uma despesa totalizando R\$40,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$804,1 milhões ou -105%, quando comparadas com uma receita de R\$763,6 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, pelo efeito positivo de encerramento de disputas judiciais relacionadas ao custo de gás no montante de R\$726,0 milhões e reconhecimento de créditos tributários da exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS de R\$76,0 milhões, ambos reconhecidos em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado Financeiro Líquido

Despesas Financeiras

As despesas financeiras totalizaram R\$405,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$42,9 milhões ou -10%, quando comparadas com o valor de R\$448,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A redução é explicada por um aumento da dívida no período (R\$5.244,9 milhões em 2019 e R\$3.651,5 milhões em 2018) compensado pela queda dos índices de atualização (CDI 4,61% em 2019 contra 7,65% em 2018 e IPCA 3,6% em 2019 contra 4,12% em 2018).

Receitas Financeiras

As receitas financeiras totalizaram R\$205,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$276,7 milhões ou -57%, quando comparadas com o valor de R\$482,3 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, pela redução da taxa de juros em 2019 (CDI 4,61% em 2019 contra 7,65% em 2018). Além disso, a base comparativa do período foi impactada pelas reversões monetárias relacionadas ao encerramento de disputas judiciais. Em 2018, ocorreu o encerramento das disputas judiciais relacionadas ao custo do gás, onde registramos a reversão da atualização financeira das provisões a pagar no montante de R\$177,4 milhões.

Variação Cambial Líquida

A variação cambial líquida foi uma despesa de R\$27,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$66,3 milhões, quando comparada com uma despesa de R\$ 93,8 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A redução é explicada por um menor saldo de dívidas expostas a variação do dólar parcialmente compensada por uma desvalorização do real frente ao dólar (R\$ 4,03 em 2019 contra R\$ 3,87 em 2018).

Derivativos

Os derivativos totalizaram uma receita de R\$ 46,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R\$ 91,7 milhões, quando comparados com uma receita de R\$ 138,3 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os instrumentos financeiros derivativos são usados apenas para fins de *hedge* econômico (sem caráter especulativo) e a redução está substancialmente em linha com a redução da variação cambial explicada acima.

Imposto De Renda e Contribuição Social

O saldo do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido totalizou uma despesa de R\$584,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de tal despesa de R\$43,4 milhões ou 8%, quando comparado com a despesa de R\$541,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, que se refere ao maior resultado antes dos tributos de 2019 por conta da 4ª revisão tarifária compensada por um resultado financeiro maior e em 2018 foi impactado pelo encerramento de ações judiciais e créditos tributários extemporâneos,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

sendo que as taxas efetivas dos exercícios de 2019 e 2018 foram de 31,43% e 30,31% respectivamente.

Resultado Líquido Do Exercício

O lucro líquido do exercício totalizou R\$1.285,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R\$26,0 milhões ou 2%, quando comparado com o valor de R\$1.259,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, não apresentando variações relevantes quando comparado ao exercício anterior. No entanto, em 2019 o lucro líquido está impactado pela revisão tarifária que trouxe um incremento para margem e o ano de 2018 está impactado por encerramento de disputas judiciais.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(em R\$ milhares, exceto %)	Combinado carve-out				
	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	AH 2018 vs. 2017
Receita operacional líquida	6.840.011	100,0%	5.537.857	100,0%	23,5%
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(4.901.715)	(71,7)%	(3.492.375)	(63,1)%	40,4%
Resultado bruto	1.938.296	28,3%	2.045.482	36,9%	(5,2)%
Despesas de vendas	(268.317)	(3,9)%	(275.528)	(5,0)%	(2,6)%
Despesas gerais e administrativas	(712.398)	(10,4)%	(722.363)	(13,0)%	(1,4)%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	763.609	11,2%	(26.423)	(0,5)%	(2.989,9)%
Despesas operacionais	(217.106)	(3,2)%	(1.024.314)	(18,5)%	(78,8)%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos	1.721.190	25,2%	1.021.168	18,4%	68,6%
Despesas financeiras	(448.035)	(6,6)%	(502.880)	(9,1)%	(10,9)%
Receitas financeiras	482.342	7,1%	285.476	5,2%	69,0%
Variação cambial líquida	(93.810)	(1,4)%	(11.501)	(0,2)%	715,7%
Derivativos	138.275	2,0%	3.365	0,1%	4.009,2%
Resultado financeiro líquido	78.772	1,2%	(225.540)	(4,1)%	(134,9)%
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.799.962	26,3%	795.628	14,4%	126,2%
Corrente	(368.954)	(5,4)%	(63.791)	(1,2)%	478,4%
Diferido	(172.041)	(2,5)%	(172.181)	(3,1)%	(0,1)%
Imposto de renda e contribuição social	(540.995)	(7,9)%	(235.972)	(4,3)%	129,3%
Resultado líquido do exercício	1.258.967	18,4%	559.656	10,1%	125,0%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniaisReceita Operacional Líquida

	Combinado carve-out 31/12/2018	Combinado carve-out 31/12/2017
Distribuição de gás		
Gás natural		
Industrial	4.411.737	3.494.396
Residencial	986.073	849.723
Cogeração	315.925	229.716
Automotivo	262.813	224.203
Comercial	387.069	320.049
Receita de construção	415.753	351.193
Outros	60.641	68.577
Total	6.840.011	5.537.857

A receita operacional líquida totalizou R\$6.840,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$1.302,1 milhões ou 24%, quando comparada com o valor de R\$5.537,9 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em razão de: (i) maiores volumes vendidos de gás natural, reflexo do aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas, representando um valor de R\$1.245,6 milhões; (ii) receita de construção, devido principalmente aos investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Companhia, representando um valor de R\$ 64,5 milhões. Com relação a cada segmento específico:

- Industrial: apresentou crescimento de 26,3% em comparação com o mesmo período de 2018 por conta da moderada reação da produção industrial, com destaque para os setores (i) Químico/Petroquímico e (ii) Papel e Celulose.
- Residencial: apresentou crescimento de 16% em comparação com o mesmo período de 2018, impulsionado pela adição de aproximadamente 113 mil novos clientes em 12 meses e maior volume médio consumido ao longo do ano.
- Cogeração: apresentou crescimento de 37,5% em comparação com o mesmo período de 2018, devido aos novos clientes no segmento.
- Automotivo (GNV): apresentou crescimento de 17,2% em comparação com o mesmo período de 2018, reflexo do aumento das conversões e maior atratividade perante outros energéticos.
- Comercial: apresentou crescimento de 20,9% em comparação com o mesmo período de 2018, impulsionado pela adição de 938 clientes em 12 meses e gradual retomada da atividade econômica.
- Receita de Construção: apresentou crescimento de 18,4% em comparação com o mesmo período de 2018, devido principalmente aos investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Comgás.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados**

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados totalizaram R\$4.901,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$1.409,3 milhões, quando comparada com o valor de R\$3.492,4 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em razão dos maiores volumes vendidos de gás natural e aumento do custo unitário do gás devido principalmente à variação do preço do petróleo e do dólar, que são as referências dos contratos de fornecimento de gás, representando um valor de R\$ 1.345 milhões.

Receitas (Despesas) Operacionais***Despesas de Vendas***

As despesas de vendas totalizaram R\$268,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$7,2 milhões ou -3%, quando comparadas com o valor de R\$275,5 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, não apresentando variações relevantes quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$712,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$10,0 milhões ou -1%, quando comparadas com o valor de R\$722,4 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, não apresentando variações relevantes quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas

A rubrica outras receitas (despesas) operacionais líquidas representou uma receita de R\$763,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$790,0 milhões quando comparadas com uma despesa no valor de R\$26,4 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento se deve pelo efeito positivo de encerramento de disputas judiciais relacionadas ao custo de gás no montante de R\$726,0 milhões e reconhecimento de créditos tributários da exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS de R\$76,0 milhões, ambos reconhecidos em 2018.

Resultado Financeiro Líquido***Despesas Financeiras***

As despesas financeiras totalizaram R\$448,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R\$54,9 milhões ou -11%, quando comparadas com o valor de R\$502,9 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, pela queda dos índices de atualização (CDI 7,65% em 2018 e CDI 6,33% em 2017 e IPCA 4,12% em 2018 e IPCA 4,02% em 2017), pela menor dívida bruta (R\$3.651,5 milhões em 2018 e R\$ 4.212,5 milhões em 2017) e pela reversão de atualizações monetárias relacionadas ao encerramento de disputas judiciais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Receitas Financeiras*

As receitas financeiras totalizaram R\$482,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$196,8 milhões ou 69%, quando comparadas com o valor de R\$285,5 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelas atualizações monetárias relacionadas ao encerramento de disputas judiciais, além da redução das taxas de juros que remuneram o caixa.

Variação Cambial Líquida

A variação cambial líquida totalizou um saldo negativo de R\$93,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento do saldo negativo em R\$82,3 milhões, quando comparadas com o valor de saldo negativo de R\$11,5 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 em função da deterioração do real frente ao dólar.

Derivativos

O valor dos derivativos totalizou R\$138,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$134,9 milhões, quando comparadas com o valor de R\$3,4 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, compensando, parcialmente, o incremento da variação cambial.

Imposto De Renda E Contribuição Social

O imposto de renda e contribuição social corrente e diferido totalizou R\$541,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$305,0 milhões, quando comparado com o valor de R\$236,0 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este acréscimo reflete, basicamente, o incremento de resultado antes dos tributos por conta do encerramento de disputas judiciais.

Resultado Líquido Do Exercício

O lucro líquido do exercício totalizou R\$1.259,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R\$699,3 milhões, quando comparado com o valor de R\$559,7 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo impacto positivo dos efeitos de reconhecimento de créditos tributários e encerramento de disputas judiciais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Consolidado		Combinado carve-out								
(em R\$ milhares, exceto %)	30/06/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	AH 1S20 vs. 2019	AH 2019 vs. 2018	AH 2018 vs. 2017
Ativos											7
Caixa e equivalentes de caixa	2.435.638	16,1%	1.083.523	9,0%	602.732	5,0%	1.727.636	13,8%	124,8%	79,8%	-65,1%
Títulos e valores mobiliários	1.011.180	6,7%	200.233	1,7%	1.124.723	9,3%	509.544	4,1%	405,0%	-82,2%	120,7%
Contas a receber de clientes	919.933	6,1%	974.296	8,1%	674.992	5,6%	611.976	4,9%	-5,6%	44,3%	10,3%
Instrumentos financeiros derivativos	139.017	0,9%	128.786	1,1%	114.891	1,0%	211.088	1,7%	7,9%	12,1%	-45,6%
Estoques	118.346	0,8%	89.586	0,7%	65.259	0,5%	76.548	0,6%	32,1%	37,3%	-14,7%
Gás pago e não retirado	-	0,0%	23.464	0,2%	254.651	2,1%	—	—	-100,0%	-90,8%	—
Recebíveis de partes relacionadas	880	0,0%	1.820	0,0%	1.158	0,0%	1.039	0,0%	-51,6%	57,2%	11,5%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.521	0,0%	—	—	72.143	0,6%	61.393	0,5%	—	—	17,5%
Outros tributos a recuperar	248.304	1,6%	249.957	2,1%	292.204	2,4%	77.109	0,6%	-0,7%	-14,5%	278,9%
Ativos setoriais	404.907	2,7%	—	—	—	—	—	—	100,0%	—	—
Outros ativos	72.381	0,5%	40.504	0,3%	29.876	0,2%	25.264	0,2%	1078,4%	35,6%	18,3%
Ativo circulante	5.353.107	35,4%	2.792.169	23,2%	3.232.629	26,8%	3.301.597	26,4%	91,7%	-13,6%	-2,1%
Contas a receber de clientes	17.877	0,1%	13.101	0,1%	20.155	0,2%	28.706	0,2%	36,5%	-35,0%	-29,8%
Gás pago e não retirado	-	0,0%	—	—	—	—	291.290	2,3%	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.690	0,1%	19.348	0,2%	—	—	91.152	0,7%	-55,1%	—	—
Outros tributos a recuperar	25.729	0,2%	19.902	0,2%	11.076	0,1%	11.098	0,1%	29,3%	79,7%	-0,2%
Depósitos judiciais	55.117	0,4%	52.104	0,4%	52.885	0,4%	53.580	0,4%	5,8%	-1,5%	-1,3%
Instrumentos financeiros derivativos	450.813	3,0%	245.944	2,0%	254.037	2,1%	247.388	2,0%	83,3%	-3,2%	2,7%

Outros ativos	223	0,0%	195	0,0%	756	0,0%	994	0,0%	2987,2%	-74,2%	-23,9%
Direito de uso	10.614	0,1%	10.128	0,1%	—	—	—	—	4,8%	—	—
Ativos de contrato	710.290	4,7%	594.601	4,9%	217.855	1,8%	—	—	19,5%	172,9%	—
Imobilizado	5.797	0,0%	—	—	—	—	—	—	100,0%	—	—
Intangível	8.468.538	56,1%	8.291.610	68,9%	8.279.592	68,6%	8.471.086	67,8%	2,1%	0,1%	-2,3%
Ativo não circulante	9.753.688	64,6%	9.246.933	76,8%	8.836.356	73,2%	9.195.294	73,6%	5,5%	4,6%	-3,9%
Total do ativo	15.106.795	100,0%	12.039.102	100,0%	12.068.985	100,0%	12.496.891	100,0%	25,5%	-0,2%	-3,4%
Passivos											
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.213.882	14,7%	908.522	7,5%	679.735	5,6%	1.264.352	10,1%	143,7%	33,7%	-46,2%
Fornecedores	1.271.962	8,4%	1.154.206	9,6%	1.012.895	8,4%	1.444.835	11,6%	10,2%	14,0%	-29,9%
Instrumentos Financeiros e Derivativos	8.906	0,0%	—	—	—	—	—	—	100,0%	—	—
Ordenados e salários a pagar	52.899	0,4%	59.928	0,5%	63.520	0,5%	59.059	0,5%	-11,7%	-5,7%	7,6%
Imposto de renda e contribuição social correntes	164.786	1,1%	395.730	3,3%	—	—	—	—	-58,4%	—	—
Outros tributos a pagar	153.083	1,0%	177.463	1,5%	70.768	0,6%	146.169	1,2%	-13,7%	150,8%	-51,6%
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.478	0,0%	1.450	0,0%	11.551	0,1%	147.235	1,2%	1,9%	-87,4%	-92,2%
Pagáveis a partes relacionadas	22.649	0,1%	9.131	0,1%	15.096	0,1%	8.472	0,1%	147,9%	-39,5%	78,2%
Outros passivos financeiros	86.995	0,6%	92.111	0,8%	52.868	0,4%	51.403	0,4%	-5,6%	74,2%	2,9%
Passivos setoriais	93.587	0,6%	—	—	—	—	—	—	100,0%	—	—
Arrendamentos	2.206	0,0%	1.680	0,0%	—	—	—	—	31,3%	—	—
Outras contas a pagar	11.327	0,1%	10.288	0,1%	8.879	0,1%	5.252	0,0%	96,7%	15,9%	69,1%
Passivo circulante	4.083.760	26,4%	2.810.509	23,3%	1.915.312	15,9%	3.126.777	25,0%	42,0%	46,7%	-38,7%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.122.904	33,9%	4.336.420	36,0%	2.971.810	24,6%	2.948.152	23,6%	18,1%	45,9%	0,8%
Provisão para demandas judiciais	130.671	0,9%	128.735	1,1%	120.972	1,0%	107.637	0,9%	1,5%	6,4%	12,4%

Obrigações de benefício pós-emprego	639.059	4,2%	630.549	5,2%	504.320	4,2%	440.827	3,5%	1,3%	25,0%	14,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.216.965	8,1%	1.219.369	10,1%	1.363.246	11,3%	1.302.272	10,4%	-0,2%	-10,6%	4,7%
Outros tributos a pagar	5.988	0,0%	6.142	0,1%	6.464	0,1%	7.294	0,1%	-2,5%	-5,0%	-11,4%
Passivos setoriais	403.467	2,7%	—	—	—	—	—	—	100,0%	—	—
Arrendamentos	9.203	0,1%	9.163	0,1%	—	—	—	—	0,4%	—	—
Outras contas a pagar	24.066	3,4%	13.312	0,1%	18.051	0,1%	18.897	0,2%	18,8%	-26,3%	-4,5%
Passivo não circulante	7.552.323	50,6%	6.343.690	52,7%	4.984.863	41,3%	4.825.079	38,6%	20,5%	27,3%	3,3%
Total do passivo	11.636.083	77,0%	9.154.199	76,0%	6.900.175	57,2%	7.951.856	63,6%	27,1%	32,7%	-13,2%
Patrimônio líquido e investimento controladora	3.470.712	23,0%	2.884.903	24,0%	5.168.810	42,8%	4.545.035	36,4%	20,3%	-44,2%	13,7%
Total do passivo e patrimônio líquido	15.106.795	100,0%	12.039.102	100,0%	12.068.985	100,0%	12.496.891	100,0%	25,5%	-0,2%	-3,4%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS DA COMPANHIA EM 30 DE JUNHO DE 2020 E COMBINADAS CARVE-OUT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019****Total Do Ativo**

Em 30 de junho de 2020, a Companhia apresentou um aumento do ativo de 25,5% ou R\$3.067,7 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019, passando de R\$12.039,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$15.106,8 milhões em 30 de junho de 2020.

Ativo Circulante***Caixa e equivalentes de caixa***

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de R\$1.352,1 milhões, ou 124,8%, passando de R\$1.083,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$2.435,6 milhões em 30 de junho de 2020, sendo esse aumento decorrente principalmente: (i) caixa líquido gerado nas atividades operacionais de R\$878,0 milhões; (ii) captações de recursos de R\$2.008,5 milhões para reforço do caixa em função da pandemia do coronavírus; (iii) subscrição de minoritários de R\$75,0 milhões; (iv) aquisição do negócio de trading de energia elétrica por R\$90,2 milhões; (v) aplicação em títulos e valores mobiliários de R\$802,8 milhões; (vi) investimentos nos ativos intangíveis (CAPEX) de R\$485,6 milhões conforme plano de investimentos; e (vii) amortização de principal sobre empréstimos e financiamentos de R\$269,3 milhões.

Títulos e Valores Mobiliários

A rubrica de títulos e valores mobiliários apresentou um aumento de R\$810,9 milhões, ou 405,0%, passando de R\$200,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$1.011,2 milhões em 30 de junho de 2020, sendo esse aumento decorrente principalmente das referidas captações supramencionadas.

Contas a Receber de Clientes

A rubrica de contas a receber de clientes apresentou uma redução em comparação com 31 de dezembro de 2019, passando de R\$974,3 milhões para R\$919,9 milhões em 30 de junho de 2020, ou seja, queda de R\$54,4 milhões, ou 5,6%. A redução é decorrente de incremento na provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa de R\$54,0 milhões por maior inadimplência em função da pandemia do coronavírus, parcialmente compensado pela linha de contas a receber do negócio de *trading* de energia elétrica adquirido em 2020.

Ativos Setoriais

A rubrica de ativos setoriais apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2019, passando de R\$ 0 milhões para R\$ 404,9 milhões em 30 de junho de 2020, ou seja, um aumento de 100% em função do reconhecimento por conta da Deliberação nº 1.010, de 10 de junho de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Ativo Não Circulante*****Instrumentos Financeiros Derivativos***

A rubrica de instrumentos financeiros derivativos apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2019, passando de R\$245,9 milhões para R\$450,8 milhões em 30 de junho de 2020, ou seja, um crescimento de R\$204,9 milhões, ou 83,3% em contrapartida do incremento das dívidas que estão expostas a variação dos juros e variação cambial.

Ativos de Contrato

A rubrica de ativos de contrato apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2019, passando de R\$594,6 milhões para R\$710,3 milhões em 30 de junho de 2020, ou seja, um aumento de R\$115,7 milhões, ou 19,5%. O incremento reflete os investimentos realizados em 2020, conforme plano de investimento.

Intangível

A rubrica de intangível apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2019, passando de R\$8.291,6 milhões para R\$8.468,5 milhões em 30 de junho de 2020, ou seja, um aumento de R\$176,9 milhões, ou 2,1%. O aumento reflete os investimentos realizados pela Comgás na sua área de concessão, conforme plano de investimentos descritos na revisão tarifária compensados pela amortização do intangível.

Passivo Circulante***Empréstimos, Financiamentos e Debêntures***

Nossas dívidas de curto prazo totalizavam R\$2.213,9 milhões em 30 de junho de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$908,5 milhões, representando um aumento de 143,7% ou R\$1.305,4 milhões. O incremento é decorrente das captações descritas no item 10.1.f das notas promissórias (4ª, 5ª e 6ª emissões) realizadas em 2020 para reforço do caixa por conta da pandemia do coronavírus com vencimento em abril/21.

Fornecedores

O saldo de fornecedores totalizava R\$1.272,0 milhões em 30 de junho de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$1.154,2 milhões, representando um crescimento de 10,2% ou R\$117,8 milhões. O aumento é decorrente de (i) maior custo do Gás no montante de R\$48,6 milhões; e (ii) aquisição do negócio de *trading* de energia elétrica que trouxe um saldo de R\$69,2 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

O saldo de imposto de renda e contribuição social corrente totalizava R\$164,8 milhões em 30 de junho de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$395,7 milhões, representando uma diminuição de 58,4% ou R\$230,9 milhões. A redução se deve por conta do pagamento, em 2020, do imposto de renda e contribuição social apurados no exercício de 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Passivo Não Circulante*****Empréstimos, Financiamentos e Debêntures***

Nossas dívidas de longo prazo totalizavam R\$5.122,9 milhões em 30 de junho de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$4.336,4 milhões, representando um aumento de 18,1% ou R\$786,5 milhões. O aumento é decorrente das captações ocorridas entre os períodos e perfil de vencimento das dívidas, descritas no item 10.1.f., basicamente pelo refinanciamento dos contratos com o BNDES no montante de R\$370,6 milhões e captação de R\$408,0 milhões com Scotiabank 2020 da Resolução nº 4.131.

Passivos Setoriais

O saldo de passivos setoriais totalizava R\$403,5 milhões em 30 de junho de 2020, enquanto em 31 de dezembro de 2019 o saldo era de R\$0 milhões, representando um aumento de 100% decorrente do reconhecimento por conta da Deliberação nº 1.010, de 10 de junho de 2020.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido em 30 de junho de 2020 era de R\$3.470,7 milhões e de R\$2.884,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Houve um aumento de 20,3% ou R\$585,8 milhões devido (i) lucro líquido da Comgás de R\$537,6 milhões; (ii) pagamento de dividendos da Comgás de R\$136,0 milhões; (iii) contribuição de acionistas não controladores de R\$75,0 milhões; e (iv) prejuízo da Compass *trading*.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS COMBINADAS CARVE-OUT DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018**Total Do Ativo**

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo total da Companhia ficou estável em relação a 31 de dezembro de 2018, passando de R\$12.069,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$12.039,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 (-0,2%).

Ativo Circulante***Caixa e equivalentes de caixa***

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de R\$480,8 milhões, ou 79,8%, passando de R\$602,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.083,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, sendo esse aumento decorrente principalmente de captações realizadas entre os períodos, descritas no item 10.1.f. A Companhia tem tido como fonte primária de caixa o fluxo de caixa das atividades operacionais, empréstimos e outros financiamentos.

Títulos e Valores Mobiliários

A rubrica de títulos e valores mobiliários apresentou uma redução de R\$924,5 milhões, ou 82,2%, passando de R\$1.124,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$200,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, sendo essa redução decorrente principalmente dos pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio e redução de capital da Comgás ocorridos em 2019.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Contas a Receber de Clientes*

A rubrica de contas a receber de clientes apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$675,0 milhões para R\$974,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, ou seja, um aumento de R\$299,3 milhões, ou 44,3%. O aumento é consequência dos reajustes de tarifa da Comgás ocorridos em maio de 2019.

Outros Tributos a Recuperar

A rubrica de outros tributos a recuperar apresentou uma redução em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$292,2 milhões para R\$249,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, ou seja, uma redução de R\$42,2 milhões, ou 14,5%. A redução é decorrente do provimento do recurso extraordinário interposto contra decisão que determinava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS na Comgás.

Gás Pago e Não Retirado

A rubrica de gás pago e não retirado apresentou uma redução em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$254,7 milhões para R\$23,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, ou seja, uma redução de R\$231,2 milhões ou 91%. A redução refere-se à compensação (pelo consumo) ao longo do período de vigência do contrato desde que o consumo exceda a quantidade mínima contratada.

Ativo Não Circulante*Direitos de Uso*

A rubrica de direitos de uso passou de R\$0,0 milhões para R\$10,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. A variação é decorrente do reconhecimento inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16, referente aos arrendamentos mercantis da Companhia a partir de 1 de janeiro de 2019.

Ativos de Contrato

A rubrica de ativos de contrato apresentou um aumento de 172,9% (ou R\$376,7 milhões) em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$217,8 milhões para R\$594,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. O aumento é reflexo dos investimentos contínuos na expansão e modernização feitos pela Comgás.

Intangível

A rubrica de intangível permaneceu estável em comparação com 31 de dezembro de 2018, passando de R\$8.279,6 milhões para R\$8.291,6 milhões em 31 de dezembro de 2019 (+0,1%).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Passivo Circulante*****Empréstimos, Financiamentos e Debêntures***

Nossas dívidas de curto prazo totalizavam R\$908,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$679,7 milhões, representando um aumento de 33,7% ou R\$228,8 milhões. O aumento é decorrente das captações ocorridas entre os períodos, descritas no item 10.1.f.

Fornecedores

O saldo de fornecedores totalizava R\$1.154,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$1.012,9 milhões, representando um aumento de 14,0% ou R\$141,3 milhões. O aumento é decorrente de variação cambial do dólar e pelos reajustes de preços ocorridos nos contratos de gás da Comgás.

Passivo Não Circulante***Empréstimos, Financiamentos e Debêntures***

Nossas dívidas de longo prazo totalizavam R\$4.336,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$2.971,8 milhões, representando um aumento de 45,9% ou R\$1.364,6 milhões. A variação é decorrente das captações ocorridas entre os períodos e perfil de vencimento das dívidas, descritas no item 10.1.f.

Obrigações de Benefício Pós-Emprego

O saldo de obrigações de benefício pós-emprego totalizava R\$630,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$504,3 milhões, representando um aumento de 25,0% ou R\$126,2 milhões. O aumento é decorrente, principalmente, de mudanças nas premissas financeiras do plano de benefícios da Comgás.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizava R\$1.219,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, enquanto em 31 de dezembro de 2018 o saldo era de R\$1.363,2 milhões, representando uma redução de 10,6% ou R\$143,9 milhões. A redução é decorrente da revisão de vida útil de imobilizado e intangível e resultado não realizado com derivativos.

Patrimônio Líquido

A evolução do patrimônio da Companhia está ligada à continua melhoria dos seus resultados, refletido no aumento das reservas de lucros ao longo dos exercícios.

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 era de R\$2.884,9 milhões e de R\$5.168,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Houve uma redução de 44,2% ou R\$2.283,9 milhões, decorrente de da redução do capital social integralizado da Comgás no montante de R\$1.500,0 milhões e pagamento de dividendos de R\$2.000,0 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS COMBINADAS CARVE-OUT DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017****Total Do Ativo**

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou uma redução do ativo de 3,4% ou R\$427,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017, passando de R\$12.496,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$12.069,0 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Ativo Circulante***Caixa e equivalentes de caixa***

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa apresentou uma redução de R\$1.124,9 milhões, ou 65,1%, passando de R\$1.727,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$602,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, sendo essa redução decorrente principalmente de amortizações de principal sobre empréstimos, financiamentos e debêntures na Comgás. A Companhia tem tido como fonte primária de caixa o fluxo de caixa das atividades operacionais, empréstimos e outros financiamentos.

Títulos e Valores Mobiliários

A rubrica de títulos e valores mobiliários apresentou um aumento de R\$615,2 milhões, ou 120,7%, passando de R\$509,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.124,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, sendo esse aumento decorrente principalmente da alocação da geração de caixa no período em títulos e valores mobiliários na Comgás.

Contas a Receber de Clientes

A rubrica de contas a receber de clientes apresentou um aumento em comparação com 31 de dezembro de 2017, passando de R\$612,0 milhões para R\$675,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, um aumento de R\$63,0 milhões, ou 10,3%. O aumento é decorrente dos reajustes de tarifas da Comgás ocorridos em maio de 2018.

Ativo Não Circulante***Gás Pago e Não Retirado***

A rubrica de gás pago e não retirado apresentou uma redução em comparação com 31 de dezembro de 2017, passando de R\$291,3 milhões para R\$0,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. A variação é decorrente da transferência do saldo da conta Transporte não utilizado para Gás pago e não retirado do ativo não circulante para o ativo circulante, na Comgás, por conta da expectativa de realização.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos apresentou uma redução em comparação com 31 de dezembro de 2017, passando de R\$91,1 milhões para R\$0,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. A redução é decorrente de encerramento das disputas judiciais relacionadas ao custo de gás entre a Comgás e a Petrobras e consequente liquidação dos valores provisionados resultando na realização do ativo fiscal diferido.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Intangível*

A rubrica de intangível apresentou uma redução em comparação com 31 de dezembro de 2017, passando de R\$8.471,1 milhões para R\$8.279,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, ou seja, uma redução de R\$191,5 milhões, ou 2,3%. A redução é decorrente do resultado líquido entre as adições e amortizações ocorridas durante o ano de 2018, principalmente na Comgás.

Passivo Circulante*Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Nossas dívidas de curto prazo totalizavam R\$679,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, enquanto em 31 de dezembro de 2017 o saldo era de R\$1.264,3 milhões, representando uma diminuição de 46,2% ou R\$584,6 milhões. A redução é decorrente de amortização de principal ocorrida entre os períodos na Comgás.

Fornecedores

O saldo de fornecedores totalizava R\$1.012,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, enquanto em 31 de dezembro de 2017 o saldo era de R\$1.444,8 milhões, representando uma diminuição de 29,9% ou R\$431,9 milhões. A redução é decorrente de reversão das provisões na Comgás relacionadas ao custo do gás com a Petrobras pelo encerramento das disputas judiciais.

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Pagar

O saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar totalizava R\$11,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, enquanto em 31 de dezembro de 2017 o saldo era de R\$147,2 milhões, representando uma diminuição de 92,2% ou R\$135,7 milhões. A redução é decorrente do pagamento de juros sobre capital próprio da Comgás, em 5 de janeiro de 2018, no montante de R\$146,3 milhões líquido de imposto de renda.

Passivo Não Circulante*Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Nossas dívidas de longo prazo totalizavam R\$2.971,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, enquanto em 31 de dezembro de 2017 o saldo era de R\$2.948,2 milhões, representando um aumento de 0,8% ou R\$23,6 milhões. A variação é decorrente das captações ocorridas entre os períodos e perfil de vencimento das dívidas, descritas no item 10.1.f.

Obrigações de Benefício Pós-Emprego

O saldo de obrigações de benefício pós-emprego totalizava R\$504,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, enquanto em 31 de dezembro de 2017 o saldo era de R\$440,8 milhões, representando um aumento de 14,4% ou R\$63,5 milhões. O aumento reflete as obrigações relacionadas ao plano de benefícios pós-emprego de acordo com a Deliberação CVM nº 695, avaliados pela administração em conjunto com os especialistas atuariais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos***

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos totalizava R\$1.363,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, enquanto em 31 de dezembro de 2017 o saldo era de R\$1.302,3 milhões, representando um aumento de 4,7% ou R\$61,0 milhões. O reconhecimento na conta de Imposto de renda e contribuição social diferidos reflete a opção da Comgás pelo regime de tributação da variação cambial dos empréstimos e financiamentos para o exercício de 2018, sendo que os impostos diferidos representam o resultado não realizado com derivativos, que continuaram a ser tributados pelo regime de caixa. Anteriormente, eram compensados com as perdas da variação cambial dos empréstimos e financiamentos.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 era de R\$5.168,8 milhões e de R\$4.545,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de 13,7% ou R\$623,8 milhões devido ao resultado líquido do exercício de R\$1.285 milhões, impactado positivamente por encerramento de disputas judiciais, compensado por dividendos propostos e juros sobre capital próprio de R\$598,2 milhões.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019****(em R\$ milhares, exceto %)**

	Consolidado		Combinado carve-out		
	30/06/2020	AV	30/06/2019	AV	AH 2020 vs. 2019
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	877.909	36,0%	972.494	80,3%	(9,7)%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	(1.378.531)	(56,6%)	(115.472)	(9,5%)	1.093,8%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	1.852.850	76,1%	(249.326)	(20,6%)	(843,1)%
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	1.352.223	55,5%	607.696	50,2%	122,5%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	113	0,0%	602.732	49,8%	(100,0)%
Caixa recebido via contribuição de investimento	1.083.297	44,5%	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.435.638	100%	1.210.428	100,0%	101,2%

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou uma redução de R\$94,5 milhões, passando de um caixa líquido gerado de R\$972,5 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019 para um caixa líquido gerado de R\$878,0 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, principalmente em decorrência de uma redução na variação de ativos e passivos de R\$287,4 milhões basicamente por maior pagamento do IR/CS.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento**

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$1.263,1 milhões, passando de um caixa líquido utilizado de R\$115,5 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019 para um caixa líquido utilizado de R\$1.378,5 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, principalmente em decorrência de maiores investimentos em títulos e valores mobiliários no montante de R\$981,4 milhões e maiores investimentos ao intangível de R\$159,4 milhões, conforme plano de investimentos.

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento apresentou uma variação de R\$2.102,1 milhões, passando de um caixa líquido utilizado de R\$249,3 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2019 para um caixa líquido gerado de R\$1.852,8 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020, principalmente em decorrência de (i) captações de recursos de R\$2.008,5 milhões para reforço do caixa em função da pandemia do coronavírus; e (ii) amortização de principal sobre empréstimos e financiamentos de R\$269,3 milhões.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(em R\$ milhares, exceto %)	Combinado carve-out	Combinado carve-out	AH 2019
	31/12/2019	31/12/2018	vs. 2018
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	2.512.302	1.573.170	59,7%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	202.037	(1.121.605)	(118,0)%
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(2.233.548)	(1.576.469)	41,7%
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	480.791	(1.124.904)	(142,7)%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	602.732	1.727.636	(65,1)%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.083.523	602.732	79,80%

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou um aumento de 59,7%, ou R\$939,1 milhões, passando de um caixa líquido gerado de R\$1.573,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa líquido gerado de R\$2.512,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente em decorrência de repasse do aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas definidas pela agência reguladora na Comgás em 2019.

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento

O caixa líquido proveniente das atividades de investimento passou de um caixa líquido utilizado de R\$1.121,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa líquido gerado de R\$202,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dezembro de 2019, principalmente, em decorrência do aumento do saldo de caixa aplicado em TVM (LFTs).

Caixa líquido nas atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento passou de um caixa líquido utilizado de R\$1.576,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa líquido utilizado de R\$2.233,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente em decorrência de do maior pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio pela Comgás em 2019.

Caixa e equivalentes de caixa no final do período

O caixa e equivalentes de caixa apresentou um aumento de 79,8%, ou R\$480,8 milhões, passando de R\$602,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$1.083,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente em decorrência da geração de caixa operacional.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(em R\$ milhares, exceto %)	Combinado carve-out	Combinado carve-out	AH 2018
	31/12/2018	31/12/2017	vs. 2017
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.573.170	1.637.104	(3,9)%
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	(1.121.605)	(634.776)	76,7%
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(1.576.469)	(1.383.142)	14,0%
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	(1.124.904)	(380.814)	195,4%
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.727.636	2.108.450	(18,1)%
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	602.732	1.727.636	(65,1)%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Caixa líquido gerado nas atividades operacionais**

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou uma redução de 3,9%, ou R\$63,9 milhões, passando de um caixa líquido gerado de R\$1.637,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para um caixa líquido gerado de R\$1.573,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente em decorrência da entrada de caixa nos fornecedores, em função da liquidação das ações judiciais, compensadas por maior pagamento de tributos.

Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento

O caixa líquido proveniente das atividades de investimento passou de um caixa líquido utilizado de R\$634,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para um caixa líquido utilizado de R\$1.121,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente em decorrência do cronograma de investimentos nos ativos da concessão dos períodos.

Caixa líquido nas atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamento passou de um caixa líquido utilizado de R\$1.383,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para um caixa líquido utilizado de R\$1.576,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente em decorrência dos cronogramas de amortizações das dívidas vigentes no período e captações realizadas.

Caixa e equivalentes de caixa no final do período

O caixa e equivalentes de caixa apresentou uma redução de 65,1%, ou R\$1.124,9 milhões, passando de R\$1.727,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$602,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente em decorrência de dos cronogramas de amortizações de dívidas e de investimentos supramencionados.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a. resultados das operações da Companhia:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados da Companhia, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência.

Nossa receita é composta principalmente pelos seguintes itens:

- Receita bruta na distribuição de gás.
- Receita bruta na comercialização de energia, a qual é dividida em (i) mercado de curto prazo; e (ii) operações de *trading*.
- Receita bruta na prestação de serviços.
- Receita de construção.
- Impostos e deduções sobre vendas.

Nossas subsidiárias têm como atividades principais (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo para clientes dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo e cogeração; (ii) trading de energia elétrica e comercialização de gás natural; (iii) infraestrutura em terminal de regaseificação e gasoduto de escoamento *offshore*; e (iv) geração térmica através do gás natural.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Administração entende que os resultados das operações da Companhia do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2020 e dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram materialmente afetados pelos reajustes tarifários.

Em 30 de março de 2017, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”) publicou Deliberação nº 716, relativa às novas tabelas tarifárias da Companhia, vigentes a partir de 01 de abril de 2017. Esta Deliberação resultou em aplicação de nova alíquota do ICMS no cálculo do PIS/PASEP e COFINS.

Em 29 de maio de 2017, a ARSESP publicou Deliberação nº 726, relativa às novas tabelas tarifárias da Companhia, vigentes a partir de 31 de maio de 2017. Esta Deliberação resultou em aumento nas tarifas de vendas de gás, sendo os percentuais médios de 18,5% para o segmento industrial, 7,3% no segmento residencial, 11,5% no segmento comercial.

Em 5 de dezembro de 2018, a ARSESP publicou a Deliberação nº 840, que aprovou o cronograma de eventos a serem observados no Quarto Processo de Revisão Tarifária da Comgás, assim como deliberou que o resultado de dita revisão seria divulgado até o dia 24 de maio de 2019, consubstanciando as contribuições obtidas nas Consultas Públicas 10,

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

11 e 12 de 2018, referente a taxa WACC, Metodologia Aplicável e Alteração dos ciclos tarifários, respectivamente.

Em 6 de fevereiro de 2019, a ARSESP divulgou os resultados das Consultas Públicas 10, 11 e 12 de 2018, através da publicação da Nota Técnica NT.F-0002-2019 que definiu o custo médio ponderado de capital em 8,27% para o próximo ciclo e a Nota Técnica NT.F-0003-2019 que define a metodologia a ser utilizada no processo de revisão tarifária. Também foi publicada a minuta final do 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

Em 21 de maio de 2019, a ARSESP publicou a Deliberação nº 873, que aprovou a Quarta Revisão Tarifária Ordinária referente à atualização das tarifas da controlada Comgás, aplicadas a partir daquela data, em todos os segmentos. Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas devam ser reajustadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

Excepcionalmente, a regulação permite reajustar o custo de gás em período inferior a um ano, desde que determinados critérios sejam atingidos em função da diferença entre o custo de gás contido na tarifa e aquele pago pela concessionária ao seu fornecedor.

Em 27 de maio de 2020, em continuidade à Deliberação nº 933, a ARSESP aprovou, por meio da Deliberação nº 995, o montante de R\$683.358 mais atualização monetária desde abril de 2018, como resultado da Terceira Revisão Tarifária Ordinária, a ser aplicada ao valor dos ativos devolvidos pela Comgás, no término da concessão, ou a qualquer valor a pagar pela subsidiária Comgás, se a concessão for renovada ou em conexão com qualquer renovação do contrato de concessão.

O valor indicado na Deliberação não foi reconhecido em nossas demonstrações financeiras combinadas carve-out por não atender os critérios contábeis e divulgado como um ativo contingente.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A Administração entende que as variações de nossa receita bruta na venda de gás e serviços nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é explicada principalmente pelo repasse do aumento dos custos de gás e transporte nas tarifas, bem como maior volume distribuído no período.

Adicionalmente, a Administração entende que as variações da receita operacional bruta da Companhia no período de 6 meses encerrado em 30 de junho de 2020, bem como nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são explicadas principalmente pelos reajustes tarifários autorizados pelo órgão regulador e pela retomada da produção industrial e por negociações comerciais para incremento do volume, destacando os setores: químico/petroquímico, siderúrgico e cerâmico.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios no período de 6 meses encerrados em 30 de junho de 2020, bem como nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são o IGP-m, CDI e TJLP:

- IGP-M: Esse índice impacta na margem da Companhia por meio dos reajustes anuais determinados pelo regulador, excluindo o fator de eficiência “fator X”
- CDI: Todos os passivos financeiros de curto prazo e as aplicações financeiras da Companhia, além da proteção da dívida (swaps), estão atrelados à variação do CDI, bem como dívidas de longo prazo em moeda externa que são, obrigatoriamente, trocadas por CDI por meio de instrumentos derivativos.
- TJLP: Como nossa expansão é baseada em financiamentos de longo prazo que, majoritariamente, variam de acordo com a TJLP (empréstimos do BNDES), a variação desta taxa pode afetar significativamente o serviço de nossa dívida.

Taxas de câmbio: Possuímos dívidas em moeda estrangeira, porém todas estão de acordo com nossa política de tesouraria, devidamente protegidas (“swapadas”) para Reais indexados ao CDI.

A inflação afeta nosso desempenho financeiro, aumentando despesas operacionais. Estas despesas operacionais incluem os custos de mão de obra, despesas com vendas, gerais e administrativas. No entanto, a inflação não teve impacto material sobre nossos negócios para os períodos apresentados. Anualmente, o Órgão Regulador da Companhia (ARSESP) corrige a margem bruta da Comgás pela inflação registrada nos últimos 12 (doze) meses.

Os contratos de fornecimento de gás natural, principal insumo da Comgás, têm os preços compostos por duas parcelas: uma indexada a uma cesta de óleos combustíveis no mercado internacional e reajustada trimestralmente; e outra reajustada anualmente com base na inflação local. Todas as variações impactam diretamente em nossa margem bruta. Essas variações são capturadas pela conta corrente regulatória que não é contabilizada, porém seu saldo é considerado na construção da tarifa autorizada e revisada pelo órgão regulador anualmente ou quando houver um desequilíbrio econômico financeiro. Esse mecanismo nos confere uma proteção em relação às variações no custo do gás natural.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras****a. da introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, tampouco no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 14 de janeiro de 2020, a Cosan S.A. contribuiu ao nosso capital social a totalidade das ações que detinha da Comgás, ou seja, 103.699.333 ações ordinárias e 27.682.044 ações preferenciais, equivalentes a 99,15% do capital social, pelo montante de R\$2.861.936.

Em 30 de janeiro de 2020, nossa subsidiária Comercializadora de Gás adquiriu o controle da Black River Participações Ltda. ("Black River") e sua subsidiária Compass Comercializadora de Energia Ltda. ("Compass Comercializadora"), além do controle da Compass Geração Ltda. ("Compass Geração") e da Compass Energia Ltda. ("Compass Energia"), por um valor equivalente a R\$95.000.

Conforme mencionado no item 7 deste Formulário de Referência, as aquisições e reorganização societária mencionadas acima tiveram como objetivo a concentração, na Companhia, de atividades no mercado de gás e energia.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais com efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas E Ênfases No Parecer Do Auditor****a. mudanças significativas nas práticas contábeis****Período comparativo de 30/06/2020 e 31/12/2019**

Nenhuma nova prática foi adotada.

Período comparativo de 31/12/2019 e 31/12/2018

A Companhia adotou, inicialmente a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, usando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados à data de adoção, e, portanto, a informação comparativa não foi reapresentada e continua a ser reportada de acordo com o CPC 06 (R1)/ IAS 17 e ICPC 03/ IFRIC 4.

A Companhia arrenda edificações e equipamentos. Os contratos de arrendamento são normalmente celebrados por períodos fixos, mas podem ter opções de extensão. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e contêm uma ampla variedade de termos e condições diferentes. Os ativos arrendados não podem ser usados como garantia para fins de empréstimo.

Política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2019

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e o custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é amortizado pelo prazo mais curto entre a sua vida útil e o prazo do contrato de arrendamento, pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados com base no valor presente.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, incluindo o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos futuros de aluguel, excluindo contraprestações variáveis/ contingentes.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de locação de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor compreendem equipamentos de informática e pequenos itens de mobiliário de escritório.

As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários arrendamentos de edificações e equipamentos em toda a Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gerenciamento de contratos. A maioria das opções de prorrogação e rescisão são exercíveis somente pelo arrendatário.

Para otimizar os custos de arrendamento durante o período do contrato, a Companhia algumas vezes fornece garantias de valor residual em relação aos arrendamentos de equipamentos.

Período comparativo de 31/12/2018 e 31/12/2017

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, e têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo, exceto pelas regras abaixo que foram aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2018.

CPC 48 – Instrumentos financeiros / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Este pronunciamento traz novas abordagens sobre a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, um novo modelo de impairment e novas regras para contabilização de hedge (*hedge accounting*).

Classificação e mensuração

A Companhia adotou inicialmente a partir de 1º de janeiro de 2018, retrospectivamente. De acordo com a nova norma, é estabelecida uma nova abordagem para determinar se um ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado ou a valor justo, a qual se baseia nas características dos fluxos de caixa dos instrumentos e no modelo de negócio no qual um ativo é mantido.

A Companhia passou a reconhecer seus ativos financeiros ao custo amortizado para ativos financeiros que são mantidos dentro de um modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais que atendam ao critério de “Principal e Juros”. Esta categoria inclui as contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa, recebíveis de partes relacionadas, outros ativos financeiros e dividendos e juros sobre capital próprio a receber. Nenhuma remensuração dos ativos financeiros foi realizada.

Impairment

Pela adoção foi alterada a contabilização para perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, substituindo a abordagem de perda incorrida da norma anterior por uma abordagem de perda de crédito esperada para o futuro. A Companhia reconhece uma provisão para perda esperada de crédito para suas contas a receber.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Hedge accounting**

A Companhia aplicou as mudanças de contabilidade de hedge prospectivamente. Na data da aplicação inicial, todos os relacionamentos de hedge existentes da Companhia eram elegíveis para serem tratados como relacionamentos de hedge contínuos.

CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes

Este pronunciamento estabelece um modelo de cinco etapas, aplicável no reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes. Esse novo pronunciamento tem como princípio fundamental o reconhecimento da receita quando da transferência de controle dos bens e serviços para o cliente e por um montante que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência desses bens ou serviços.

A Companhia adotou o método retrospectivo com efeito cumulativo de transição. A nova norma introduz uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto é reconhecida a receita. A aplicação foi divulgada em nossas demonstrações financeiras.

IFRIC 22 (ICPC 21)

Durante o período, foi adotada prospectiva, no qual define que a data da transação para efeitos de determinação da taxa de câmbio deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente do pagamento ou recebimento antecipado.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A adoção da norma CPC 06(R2)/ IFRS 16 afetou principalmente o reconhecimento de arrendamentos para os contratos da Companhia. A Companhia informa que, exceto pelo indicado acima na letra (a), por não haver mudanças relevantes nas práticas contábeis, eventuais impactos de divulgação ou valores já foram considerados nas próprias demonstrações financeiras.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as nossas demonstrações financeiras combinadas carve-out e consolidadas referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2020, bem como para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, não possuem ressalvas nem ênfases.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A Administração informa que a preparação das demonstrações consolidadas da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas e reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos, quando aplicável.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes, e que as demonstrações consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações, em todos os aspectos materialmente relevantes.

As principais práticas contábeis, descritas a seguir, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, combinadas carve-out e consolidadas, da Companhia.

Contas A Receber De Clientes

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de créditos esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas neste período. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis. A Companhia identificou a taxa de juros implícita no contrato como sendo o fator mais relevante e, conseqüentemente, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesse fator.

Receita não faturada

Receita de gás não faturada refere-se ao volume de gás fornecido para o qual a medição e o faturamento para os clientes ainda não ocorreram. Este montante é estimado com base

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

no período entre a data da última medição e o último dia do mês.

O volume real faturado pode ser diferente das estimativas. A subsidiária Comgás acredita que, com base em sua experiência histórica com operações similares, o valor estimado não faturado não diferirá significativamente dos valores reais.

Mensurações De Valor Justo Reconhecidas

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros não pode ser derivado de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para esses modelos são obtidas de mercados observáveis, quando possível, mas quando isso não é viável, um grau de julgamento é necessário para determinar os valores justos. O julgamento é necessário na determinação de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nessas variáveis poderiam afetar o valor justo reportado dos instrumentos financeiros. Técnicas de avaliação específicas usadas para avaliar instrumentos financeiros incluem:

- i. O uso de preços de mercado cotados.
- ii. Para swaps usamos o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de observáveis no mercado.
- iii. Para outros instrumentos financeiros analisamos o fluxo de caixa descontado.

Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão

Possuímos um contrato de concessão pública para um serviço de distribuição de gás no qual o Poder Concedente controla quais serviços serão prestados e o preço, além de deter participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Este contrato de concessão representa o direito de cobrar os usuários pelo fornecimento de gás durante o prazo do contrato. Dessa forma, a Companhia reconhece esse direito como um ativo intangível.

Os ativos adquiridos ou construídos subjacentes à concessão, necessários para a distribuição de gás, é depreciado pelo período no qual se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam revertidos para a Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Este período reflete a vida útil econômica de cada um dos ativos subjacentes que compõem a concessão. Essa vida útil econômica também é utilizada pelo órgão regulador para determinar a base de mensuração da tarifa para a prestação dos serviços objeto da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço ao Poder Concedente e a receita relacionada é reconhecida a valor justo. Os custos de financiamento diretamente relacionados à construção são capitalizados. Não reconhecemos margem na construção da infraestrutura. Os intangíveis em andamento são mensurados ao custo e capitalizados à medida em que estão disponíveis para uso da

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

concessão.

Contratos com clientes

Os custos incorridos no desenvolvimento de sistemas de gás para novos clientes (incluindo oleodutos, válvulas e equipamentos em geral) são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados durante o período do contrato.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseado nas vidas úteis estimadas, a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A amortização dos ativos intangíveis reflete o padrão esperado para a utilização dos benefícios econômicos futuros pela Companhia, que corresponde à vida útil dos ativos que compõem a infraestrutura.

A amortização dos ativos intangíveis é descontinuada quando o respectivo ativo é utilizado ou baixado integralmente, não sendo mais incluído na base de cálculo da tarifa de prestação dos serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Compromissos

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas regulatório e não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também internacionais (IFRS), uma vez que sua respectiva realização/ liquidação depende de deliberações da agência regulatória. Em 30 de junho de 2020, os ativos/passivos setoriais foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em função da deliberação 1.010 de 10 de junho de 2020 que assegura o direito de recobrar dos consumidores ou obriga a devolução desses montantes um ano antes do encerramento do contrato de concessão.

Imposto De Renda E Contribuição Social

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto em algumas transações que são reconhecidas no patrimônio líquido.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Imposto de renda e contribuição social corrente

É o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Imposto de renda e contribuição social diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

Riscos fiscais

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

Provisão Para Demandas E Depósitos Judiciais

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal,

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Benefícios Pós-Emprego

Prática Contábil

O custo do plano de benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando avaliações atuariais. Uma avaliação atuarial envolve o uso de várias suposições que podem diferir dos resultados reais no futuro. Estes incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de pensão. Uma obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela administração em cada data de balanço.

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

Oferece os seguintes benefícios pós-emprego: Assistência à saúde, concedida aos ex-empregados e respectivos dependentes aposentados até 31 de maio de 2000. Após esta data, somente empregados com 20 anos de contribuição ao INSS e 15 anos de trabalho ininterruptos em 31 de maio de 2000 têm direito a este plano de benefício definido, desde que, na data de concessão da aposentadoria estejam trabalhando na Companhia.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial em relação aos planos de pós-emprego de benefícios definidos é calculado anualmente por atuários independentes.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-emprego representa o valor presente das obrigações menos o valor justo dos ativos, incluindo ganhos e perdas atuariais. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado. Ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Pagamento Com Base Em Ações***Transações Liquidadas Em Ações***

O custo de transações liquidadas com ações com executivos é mensurado por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data em que são concedidos, e é reconhecido como despesa durante o período de aquisição, que termina na data em que os empregados têm direito ao prêmio. Um crédito correspondente é reconhecido no patrimônio líquido.

O modelo Black-Scholes foi utilizado na estimativa do valor justo das opções negociadas sem restrições de aquisição de direitos. O modelo requer o uso de premissas subjetivas, incluindo a volatilidade esperada do preço da ação, a vida esperada da opção de compra de ações ou a concessão de ações e dividendos.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras Da Companhia**

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

A Companhia não detém ativos e passivos não declarados em seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não detém demais itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras**

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não detém itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não detém itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável tendo em vista que a Companhia não detém itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano De Negócios

a. investimentos

Nosso terminal de regaseificação fica na baixada santista, tem capacidade nominal licenciada de 14 milhões de metros cúbicos por dia, com um investimento estimado aproximado de R\$670 milhões. Este investimento vem sendo estudado desde 2015 e em 2019 recebemos a licença prévia desse projeto. Neste ano de 2020 estamos negociando contratos de suprimento para tal terminal, bem como aguardamos a emissão de sua licença de instalação. Após a obtenção da licença de instalação será possível iniciar o processo de construção que deve terminar em aproximadamente dois ano e meio.

A rota 4 será um terminal para conectar as plataformas do pré-sal da bacia de Santos ao continente, mais especificamente no Estado de São Paulo. Esse investimento possui uma capacidade licenciada de distribuição de 21 milhões de metros cúbicos por dia, com extensão de 280 quilômetros e um custo estimado de R\$8 bilhões, o qual temos interesse em participar, juntamente com parceiros estratégicos, para garantir acesso a molécula de gás natural competitiva.

Nossos investimentos em ativos intangíveis e ativos de contrato, incluindo aquisições foram de R\$775,8 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em comparação com R\$531,7 milhões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nossos investimentos foram de R\$353,0 milhões.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam influenciar materialmente sua capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não desenvolveu nem mantém em desenvolvimento novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Impactos da COVID-19 para as Atividades da Companhia e suas Controladas e Medidas Tomadas

As nossas informações trimestrais referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 não refletem completamente os impactos da pandemia da COVID-19 nos nossos resultados operacionais, condição financeira e liquidez. Esperamos que tais impactos possam ser mensurados de forma mais acurada a partir das nossas informações financeiras trimestrais referentes ao terceiro trimestre de 2020. Na data deste Formulário de Referência, não é possível mensurar a completa extensão dos impactos da COVID-19 nos nossos resultados operacionais, condição financeira e liquidez, tampouco é possível assegurar que não haverá impactos materiais sobre os negócios e operações da Companhia.

Não obstante, durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, assim como até a presente data, não houve descontinuidade ou diminuição significativa no curso normal dos negócios da Companhia, redução significativa das receitas dos nossos negócios, nem qualquer falha no cumprimento de pagamento dos acordos já firmados com os nossos clientes. Além do incremento nas inadimplências que levou ao reconhecimento de despesa de R\$54,0 milhões de provisão para perdas com liquidação duvidosa.

A Administração da Companhia e suas controladas entende que se a duração da curva de contágio da pandemia decorrente da COVID-19 se prolongar no tempo deverá haver uma desaceleração natural da economia no Brasil, assim poderemos eventualmente ser procurados por nossos clientes para renegociação de dívidas, o que poderá impactar negativamente o resultado esperado da Companhia, com possível aumento de inadimplência, e a possibilidade de ter seus ativos imobilizados ociosos e sem a devida liquidez, reflexos que poderão também impactar nossa receita, o resultado das nossas operações, os nossos negócios e a nossa condição financeira, fluxo de caixa e endividamento. No entanto, não houve, até a data deste Formulário de Referência, impacto material de tais eventos, tampouco quaisquer outras mudanças materiais que poderiam acarretar a perda dos nossos clientes e, conseqüentemente, impactar negativamente nossa receita.

Apesar de a situação atual ser altamente incerta, avaliamos continuamente o impacto da pandemia de COVID-19 em nossos resultados operacionais, condição financeira e liquidez, bem como quaisquer impactos materiais sobre os negócios e operações da Companhia. As nossas análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Diante dessa realidade, implementamos um plano de contingência com o objetivo de preservar a saúde e a integridade de nossos colaboradores e parceiros, além de garantir a segurança e a continuidade das operações consideradas atividades essenciais, por ser um insumo estratégico em hospitais, segurança, alimentação e energia.

Visando proteger a liquidez durante a crise provocada pela pandemia da COVID-19, a controlada Comgás executou determinadas ações de gestão de risco financeiro, entre elas:

- i. Em 1 de abril de 2020, a Comgás emitiu 20 notas promissórias comerciais, da 4ª emissão, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000.000,00, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$200.000.000,00;
- ii. Em 7 de abril de 2020, a Comgás emitiu 20 notas promissórias comerciais, da 5ª emissão, em série única, com valor nominal unitário de R\$25.000.000,00, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$500.000.000,00;
- iii. Em 7 de abril de 2020, o Conselho de Administração aprovou a assinatura do contrato de financiamento (*Credit Agreement*), nos termos da Lei nº 4.131/1.962, com o banco The Bank of Nova Scotia, no valor nominal de US\$75.000.000,00;
- iv. Em 15 de abril de 2020, a Comgás emitiu 38 notas promissórias comerciais, da 6ª emissão, em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000.000,00, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$380.000.000,00; e
- v. Em dezembro de 2019, a Comgás assinou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para expansão do gasoduto de distribuição de gás. Em 13 de maio de 2020, foi desembolsado R\$563.000.000,00 referente a esse contrato.

Para mais informações relacionadas sobre riscos relacionados à COVID-19 e possíveis impactos na Companhia, vide item 4.1 deste Formulário de Referência

Informações Financeiras Consolidadas da Companhia

Ao longo do item 10, apresentamos as informações financeiras combinadas carve-out, que compreendem: (i) ativos, passivos e resultados reportados pela Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS (“Comgás”); (ii) balanços históricos *carved-out* do direito de concessão da Comgás realizado pela Cosan S.A.; e (iii) ativos, passivos e resultados reportados pela entidade legal Compass Gás e Energia S.A. e suas controladas. Abaixo, apresentamos, com base nas informações consolidadas da Companhia, as Demonstrações do Resultado e o Balanço Patrimonial referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO**

(em R\$ milhares)	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Despesas gerais e administrativas	(2.614)	—	—
Despesas operacionais	(2.614)	—	—
Resultado antes do resultado financeiro líquido e dos impostos	(2.614)	—	—
Despesas financeiras	(1)	(1)	—
Resultado financeiro líquido	(1)	(1)	—
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(2.615)	(1)	—
Diferido	889	—	—
Imposto de renda e contribuição social	889	—	—
Prejuízo do exercício	(1.726)	(1)	—

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(em R\$ milhares)	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	113	114	115
Ativo circulante	113	114	115
Imposto de renda e contribuição social diferidos	889	—	—
Ativo não circulante	889	-	-
Total do ativo	1.002	114	115
Passivos			
Pagáveis a partes relacionadas	2.616	102	102
Total do passivo	2.616	102	102
Patrimônio líquido			
Capital social	105	5	5
Lucros (prejuízos) acumulados	(1.719)	7	8
Total do patrimônio líquido	(1.614)	12	13
Total do passivo e patrimônio líquido	1.002	114	115